

Programa

SIMPLEX+

2016



UM SIMPLEX AINDA + SIMPLES.



O Simplex está de volta! Mantém a sua marca original de programa transversal para a modernização do Estado, mas projeta as marcas de um tempo novo. Compromete-se a simplificar a vida das pessoas e das empresas na sua relação com o Estado e define-se como um SIMPLEX mais participado, mais co-criado, mais inovador. É o **SIMPLEX+**.

Para aqui chegar, o **SIMPLEX+** percorreu o país a ouvir cidadãos, empresários e autarcas, reuniu com Confederações, Associações e outras entidades, envolveu os trabalhadores da administração pública no processo, desafiou empreendedores a encontrar soluções de simplificação e manteve aberto em permanência um canal de participação pública. O **SIMPLEX+** definiu os problemas e desenhou as soluções. E fê-lo de modo colaborativo e transversal ao Governo através da "Rede de Pontos Focais SIMPLEX", que reúne representantes de todos os Ministérios. E, assim, chegámos ao **SIMPLEX+2016**, um programa com 255 medidas de simplificação administrativa e legislativa e de modernização dos serviços públicos.

Este é o tempo para agradecer a todas e a todos que contribuíram para o **SIMPLEX+2016**. Aos que participaram nos encontros da Volta Simplex e, em particular, aos autarcas de todo o país; a todas as Confederações, Associações e empresas que participaram no debate; aos cidadãos e trabalhadores do Estado que deram contributos; aos empreendedores e criativos que participaram no Startup SIMPLEX.

Este é também o momento de agradecer à Agência para a Modernização Administrativa e a todos os seus trabalhadores; aos membros da "Rede de Pontos Focais SIMPLEX", Bruno Maia, Vítor Escária, Stella Lino, Rute Alves, Nuno Félix, Nuno Cadete, Miguel Nascimento, Sofia Carvalho, Rosa Monteiro, Ricardo Miguéis, Mafalda Serrasqueiro, Mariana Trigo Pereira, Pedro Moreira, Miguel Rebelo de Sousa, Isabel Vaz, Inês Ferreira Alves, Hugo Lobo, Rúben Eiras, Pedro Nereu; a todo o meu gabinete, à Ângela Ferreira, à Rute Alves, ao Marcelo Silva, ao Nuno Marques Pereira, à Lisete Rodrigues, ao Maik Santos, ao Pedro Gomes, ao Ricardo Baião e à Telma Carril. Sem o vosso extraordinário trabalho, hoje não estaríamos a lançar o **SIMPLEX+2016**.

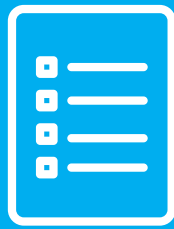
Uma última palavra de agradecimento a todos os membros do XXI Governo e, em especial, um grande muito obrigada à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, e ao Primeiro-Ministro, António Costa. O apoio e confiança demonstrada ao longo de todo este caminho foi decisivo para aqui chegarmos.

Agora é tempo de passar das medidas à implementação e a monitorização de resultados. Contamos com todas e todos para o sucesso do **SIMPLEX+2016**!

Graça Fonseca

Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa

Graça Fonseca



SÍNTESE EXECUTIVA



SIMPLEX 2006/2011

O SIMPLEX é um programa do governo que visa a simplificação legislativa e administrativa, e a modernização dos serviços públicos.

Foi lançado em 2006, tendo sido até 2011, implementadas com sucesso mais de 1000 medidas de simplificação administrativa e legislativa, incluindo a administração eletrónica. A taxa de execução do programa foi sempre superior a 80%.

Os impactos foram muito positivos na vida das pessoas e das empresas, reduzindo também os custos para a administração.

Algumas dessas medidas foram distinguidas e premiadas pela Organização das Nações Unidas e pela Comissão Europeia.

Os resultados obtidos e a perceção positiva dos cidadãos e das empresas sobre o programa (avaliados de forma independente segundo diferentes metodologias) tornaram o SIMPLEX numa marca conhecida e associada a uma mudança positiva na redução de burocracia nos serviços públicos. Isso mesmo também foi reconhecido no Relatório da OCDE (2008), "Making life easy for citizens and businesses in Portugal - Administrative Simplification and e-Government"

SIMPLEX+

Decorridos 10 anos, o SIMPLEX está de volta. Mantém a sua marca original de programa nacional único, transversal a todas as áreas de intervenção do Estado. Mantém a sua abordagem conjunta das várias vertentes da simplificação, mas projeta desafios de um tempo novo. É um **SIMPLEX + PARTICIPADO, + CO-CRIADO, + INOVADOR**.

No **SIMPLEX+2016** as necessidades dos utilizadores de serviços públicos são o principal critério para a identificação de áreas de atuação prioritária, a par das medidas de simplificação adequadas. Por isso, na preparação do programa e durante a sua execução são ouvidas as pessoas e as empresas nos locais onde vivem, onde trabalham, onde desenvolvem a sua atividade económica.



A VOLTA SIMPLEX : ouvir antes de decidir

A Volta SIMPLEX é uma marca deste **SIMPLEX+2016**. A Volta SIMPLEX foi de norte a sul do país, incluindo as Regiões Autónomas, ouvir cidadãos e empresários, em encontros abertos à participação de todos. Desta forma, foram identificados problemas

transversais ao país e problemas específicos de determinados territórios. Decorridos 4 meses, 10.000 kms depois, com 2.000 pessoas ouvidas e 1.400 participações recebidas, temos melhores condições para apresentar um programa nacional de simplificação com medidas suscetíveis de ter impacto real na vida dos seus destinatários. Não obstante a importância da Volta SIMPLEX, o trabalho para a construção do **SIMPLEX+2016** foi bem mais abrangente.

OUTROS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO

Foram realizadas muitas reuniões com as **Confederações e Associações Empresariais**, com **empresas** e com **autarcas**, que permitiram identificar várias medidas de simplificação e modernização.

O canal de comunicação aberto em permanência no **site SIMPLEX+**, para o envio de propostas e ideias de simplificação, constituiu outra forma de participação muito relevante, através do qual foram recebidas muitas sugestões.

A participação e audição foi, igualmente, promovida e realizada no interior do Estado. Foi lançado o desafio a todos os trabalhadores da administração pública central para enviarem propostas para o SIMPLEX+. Muitos aceitaram esse desafio, enviando as suas ideias e sugestões.



STARTUP SIMPLEX: estimular a inovação

A construção do SIMPLEX+ foi também uma oportunidade para estimular a inovação, motivando empreendedores e criativos a pensar sobre o setor público. Para o efeito, foi lançado, pela primeira vez, o “Startup SIMPLEX”. Esta iniciativa é um concurso para premiar ideias inovadoras que simplifiquem a vida dos cidadãos e das empresas na sua relação com os serviços públicos. Tem como objetivo principal incorporar inovação na administração pública e projetar o setor público como área de interesse para o desenvolvimento de novas ideias de serviços e produtos pelo ecossistema empreendedor nacional.

Em 2016, o “Startup SIMPLEX” recebeu 196 candidaturas com ideias para simplificar serviços e processos em diversas áreas do Estado. Foram selecionadas 10 para apresentação em formato pitch, ao vivo, perante o júri desta iniciativa. No *pitch* final saíram vencedoras as seguintes:

- p0w | Paga ao Estado

O p0w é uma carteira digital que substitui o dinheiro-vivo. O Paga ao Estado é uma feature do p0w que permite a qualquer pessoa receber as notificações de pagamento, multas e faturas pelo telemóvel e poder pagar logo, calendarizar o pagamento ou criar um alerta. Diminui em 75% os custos do governo com este processo. Grátis, fácil e imediato (user).

- App FIRERISK

A App FIRERISK reúne dados abertos de diferentes autoridades públicas, numa única plataforma, sobre incêndios florestais. A sua proposta de valor está ligada à área do risco, ambiente, sustentabilidade e participação do cidadão. A FIRERISK é inovadora e exclusiva em Portugal e tem como objetivo contribuir para a mudança de paradigma da participação do cidadão na mitigação dos incêndios florestais.

- FAARM

A FAARM possibilita que as aplicações de rastreabilidade de bovinos comuniquem diretamente e em tempo real com o SNIRA - Sistema Nacional de Informação e Registo Animal. Isso fará que todas as explorações de bovinos poupem até 36€ por ano, por cabeça, em serviços. Permite também que a administração pública seja mais eficiente no controlo sanitário, com economia de custos na replicação de processos tramitados em papel.

Estas três propostas foram incluídas no **SIMPLEX+ 2016**.

A REDE SIMPLEX+: TRABALHAR EM COLABORAÇÃO

Todo o desenho e seleção final das medidas incluídas no **SIMPLEX+2016** foi realizado em estreita articulação com todos os Ministérios, sob coordenação da Presidência do Conselho de Ministros e respetivos membros do Governo, através da “rede de pontos focais SIMPLEX+”.

A rede de pontos focais SIMPLEX+ é constituída por representantes de todos os Ministérios. Ao longo dos últimos meses trabalharam ativamente para encontrar respostas para os problemas identificados por cidadãos e empresas, através da colaboração entre vários departamentos de cada Ministério ou entre Ministérios diferentes, incluindo a colaboração com outros níveis de administração (regional e local) ou com entidades de outros setores.

O SIMPLEX+2016

O **SIMPLEX+2016** contém medidas de simplificação legislativa e administrativa que contribuem para a melhoria da qualidade dos serviços, com particular enfoque no atendimento aos cidadãos e empresários, tendo em especial atenção os problemas identificados no processo de participação já mencionado.

No **SIMPLEX+2016** existem medidas para tornar mais fácil o cumprimento de obrigações fiscais e para a segurança social, diminuindo redundâncias e eliminando a necessidade de preenchimento de declarações e entrega de informações desnecessárias; medidas de integração e centralização de bases de dados, portais e informações, reduzindo desta maneira diversos encargos administrativos; medidas para simplificar processos de licenciamento e de início de atividades económicas; medidas que facilitam a emissão e o ciclo de vida de documentos pessoais e certidões; medidas que modernizam a forma e o modo como são prestados serviços públicos essenciais, promovendo a eficiência e eficácia da administração pública e melhorando as condições de trabalho dos funcionários públicos.

Neste programa é, igualmente, de salientar a existência de medidas que resultam da cooperação entre diversos Ministérios, como a "Carta sobre Rodas" ou os "Documentos Sempre à Mão". Todavia, também estão inscritas algumas que exigem uma articulação entre diferentes níveis da administração, como o "Voto em Mobilidade", que articula, em projeto-piloto, serviços do Estado central e da Região Autónoma dos Açores, ou o "Balcão do Empreendedor+" e o "Portal do Imobiliário Público", que associam serviços da administração central e local.

Por fim, o **SIMPLEX+2016** leva a dinâmica de simplificação para além das fronteiras dos serviços públicos, integrando medidas como o "Espaço Óbito" ou o "Seu Banco com Cartão de Cidadão" que exigem a cooperação entre o setor público e o setor privado.

IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO: prestação de contas e participação

Compete à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa a coordenação global do programa e à Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, com o apoio técnico da Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA), a conceção, gestão e monitorização de todo o programa. As medidas, em concreto, são implementadas e executadas pelos Ministérios responsáveis.

A implementação do **SIMPLEX+2016** será monitorizada em modo permanente, através de mecanismos de controlo transversal ao governo e de mecanismos de envolvimento dos cidadãos e das empresas na avaliação do impacto das medidas.

Ao nível do Governo, a monitorização é feita pela "rede de pontos focais SIMPLEX+", que é constituída por representantes dos vários Ministérios. Esta rede, que foi um elemento fundamental para a construção do **SIMPLEX+2016**, continuará o seu trabalho agora focado no acompanhamento da implementação das medidas inscritas no programa.

Serão ainda desenvolvidos mecanismos de interação com as empresas e os cidadãos, mantendo a boa prática iniciada com a Volta SIMPLEX. O objetivo é aferir a sua perceção sobre as mudanças e medir o impacto das medidas do **SIMPLEX+2016** na vida das pessoas e na atividade das empresas.

Regularmente serão disponibilizados publicamente os resultados que forem sendo obtidos e o balanço de execução do programa.



MEDIDAS AINDA
+ SIMPLES





1 NASCER CIDADÃO COM MÉDICO DE FAMÍLIA

Será possível pedir o Cartão de Cidadão e ter médico de família logo no momento de nascimento, num só balcão, em todas as unidades hospitalares, onde exista balcão Nascer Cidadão. Esta medida articula-se com outras três iniciativas:

- Notícia de nascimento digital;
- Boletim de saúde infantil e juvenil online;
- Boletim de vacinas eletrónico.

A estas medidas principais junta-se ainda a criação de um pacote informativo, entregue nos balcões Nascer Cidadão, com esclarecimentos importantes sobre vacinação, segurança social, direitos laborais, licenças parentais, declaração de rendimentos, entre outros.



2 DOCUMENTOS SEMPRE À MÃO

Vai poder enviar, receber, armazenar e gerir os seus documentos online, simplificando a sua relação com a Administração Pública. Assim, poderá saber onde guardou os seus documentos, uma vez que estarão sempre disponíveis, seguros e num só lugar.



3 ESCOLA 360°

Poderá tratar de toda a vida escolar dos seus filhos num só local online:

- Matrículas, renovações e transferências;
- Informação biográfica;
- Turmas;
- Assiduidade;
- Avaliação;
- Certificados;
- Notificações (faltas, avaliações, sumários, calendários).



4 IRS AUTOMÁTICO

Em breve, não irá precisar de entregar a sua declaração de IRS, se for trabalhador dependente (categoria A), aposentado ou reformado (categoria H). A informação necessária é enviada diretamente à Autoridade Tributária, sem prejuízo do direito de reclamar.



5 TÍTULO ÚNICO AMBIENTAL

Vai poder entregar todos os elementos de uma só vez, online: um só processo, um só título, uma só taxa. Todos os 11 regimes jurídicos e respetivos procedimentos são integrados, georreferenciando as atividades económicas numa única base de dados compatível com a informação cartográfica oficial.



6 CARTA SOBRE RODAS

Será possível tratar da emissão e revalidação da Carta de Condução (categorias A e B) só com o Cartão de Cidadão, sem sair de casa, porque:

- O Atestado Médico será enviado diretamente pelo médico ao IMT;
- A morada já não consta do título;
- A fotografia e a assinatura são imediatamente transmitidas;
- No final, recebe um SMS ou email a avisar que a Carta vai chegar à morada que escolheu.



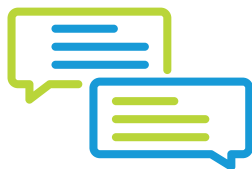
7 VOTO EM MOBILIDADE

Poderá votar antecipadamente e em qualquer lugar de uma forma mais rápida e simples.



8 PAGAMENTO DE IMPOSTOS DIRETO

Os contribuintes vão poder pagar os seus impostos através de débito direto. Esta medida será ainda apoiada por uma aplicação para smartphone que permite receber avisos sobre as datas de pagamento.



9 DOCUMENTOS SEMPRE VÁLIDOS

Seja por SMS ou via e-mail, será possível enviar alertas sobre o final da validade de documentos como:

- Cartão de Cidadão;
- Carta de Condução;
- Passaporte;
- Certidões permanentes.



10 REGISTO CRIMINAL ONLINE

Será possível pedir certificados de registo criminal através de uma plataforma online, permitindo que entidades públicas e privadas tenham acesso a essa informação durante um período de tempo.



11 ESPAÇO CIDADÃO – PARIS

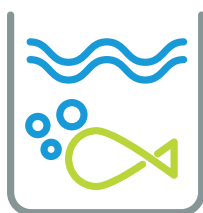
Será criado um Espaço do Cidadão no Consulado Geral de Portugal em Paris, nomeadamente com os serviços de:

- Pedido europeu de Seguro de Doença;
- Acesso à Segurança Social Direta;
- Possibilidade de obter documentos de pagamento de impostos.



12 ESPAÇO ÓBITO

Estarão reunidos, num só lugar, vários serviços necessários após o falecimento de um familiar. Estes serão transversais a entidades públicas e privadas.



13 AQUICULTURA + SIMPLES

Serão simplificados e reduzidos os prazos legais de licenciamento dos estabelecimentos de aquicultura, reduzindo os custos e potenciando os benefícios dos operadores.



14 DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL INTERATIVA

As empresas poderão, através do portal da Segurança Social, aceder e atualizar as informações relativas à Declaração de Remunerações dos seus trabalhadores.

Nesta plataforma online será possível:

- Consultar as qualificações dos trabalhadores;
- Validar Declarações de Remunerações;
- Comunicar com a Segurança Social;
- Aceder a dados importantes para contribuintes e beneficiários;
- Nomear e identificar representantes.



15 LICENCIAMENTOS TURÍSTICOS + SIMPLES

Será simplificado o licenciamento dos empreendimentos turísticos, incluindo os localizados fora dos perímetros urbanos, de forma a reduzir prazos, procedimentos e documentos, permitindo-se uma mais rápida abertura dos estabelecimentos logo após conclusão da obra.



16 BALCÃO CIDADÃO MÓVEL

Nas Beiras e Serra da Estrela, estarão disponíveis 15 unidades móveis de serviços públicos que incluem a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos desta região.



ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA
+ EFICIENTE



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

Denominação	Voto em mobilidade
Ministério	Ministério da Administração Interna
Em colaboração com:	Regiões Autónomas
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Adoptar mecanismos de aprofundamento da participação democrática dos cidadãos, mediante o alargamento e a facilitação do exercício do direito de sufrágio antecipado e em qualquer lugar. A medida será testada em projeto-piloto com o Governo Regional dos Açores, nas eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que decorrerão em 2016.
Problema que visa resolver	Ausência de possibilidade de voto antecipado
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX

Denominação	Envio de diplomas sem papel
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Desmaterializar de forma progressiva os processos de envio e publicação dos diplomas e as relações entre a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros e a Imprensa Nacional Casa da Moeda.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais

Denominação	Roteiro de boas práticas autárquicas
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	Ministro Adjunto
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Desenvolver um repositório colaborativo e participativo através do qual as autarquias locais divulguem as suas medidas de simplificação administrativa e regulamentar, promovendo sinergias entre as mesmas.
Problema que visa resolver	Reduzida articulação entre administração central e local
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Estatuto de Dirigente Associativo Jovem na Hora
Ministério	Ministério da Educação
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Tornar possível a emissão do estatuto de dirigente associativo jovem no momento do seu pedido, criando as condições adequadas para a verificação da conformidade legal do pedido nos balcões de atendimento do Instituto Português do Desporto e Juventude.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Terceiro Setor
Fonte	Pontos focais

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

Denominação	MDefesa Pessoas
Ministério	Ministério da Defesa Nacional
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Implementar o PORTAL RHV (Recursos Humanos e Vencimentos) de modo a permitir o acesso, por pessoal militar, militarizado e civil, dos três ramos das forças armadas, na efetividade ou fora da efetividade de serviço, a um conjunto de informações e de funcionalidades em matéria de recursos humanos e vencimentos.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.
Denominação	FAARM
Ministério	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Desenvolver uma integração que possibilite que as aplicações de rastreabilidade de bovinos comuniquem diretamente e em tempo real com o SNIRA - Sistema Nacional de Informação e Registo Animal. Esta medida permitirá que todas as explorações de bovinos poupem até 36€ por ano, por cabeça em serviços, e que a Administração Pública poupe em contratos de controlo sanitário e custos de processo, com perdas de papel no sistema atual.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Empresas
Fonte	Concurso Startup Simplex

Denominação	Portal Único DRAP
Ministério	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Criar um Portal de Serviços comum às 5 Direcções Regionais de Agricultura e Pescas, agregando e desmaterializando diversos processos com impacto no funcionamento dos seus serviços e facilitando, assim, a interação com os beneficiários.</p> <p>O Portal Único DRAP permitirá designadamente: obter informação atualizada e uniformizada sobre todas as atividades e matérias da competência daquelas entidades e a desmaterialização das candidaturas e processos, poupando os beneficiários de deslocação às instalações das DRAP.</p>
Problema que visa resolver	Multiplicidade de portais do Estado e ausência de autenticação única
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais
Denominação	Atendimento Público avaliado
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Implementar e disponibilizar a todas as entidades da Administração Pública um sistema de avaliação imediata do atendimento aos cidadãos utilizadores de serviços públicos em todos os canais - presencial, telefónico e online - exibindo os respetivos resultados no Portal de Cidadão.</p> <p>Esta medida começará por ser implementada nas Lojas e Espaços de Cidadão, sendo alargada progressivamente a outras entidades da Administração Pública.</p>
Problema que visa resolver	Complexidade e inacessibilidade nos mecanismos de reclamações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

Denominação	Arquivo Digital
Ministério	Ministério da Cultura
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	Utilizar instrumentos transversais de gestão da informação, que visam classificar e controlar os documentos produzidos e recebidos nos organismos públicos. Estes instrumentos serão disponibilizados por uma plataforma modular de serviços partilhados, passível de integração com os sistemas de informação existentes por qualquer organismo. A plataforma permite ainda desmaterializar os procedimentos, atualmente obrigatórios, para se poder eliminar documentação em papel no Estado.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública; Sugestões provenientes de redes sociais e email.
Denominação	Regular Melhor
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Melhorar a redação legislativa, promovendo formações em logística para os gabinetes do Governo e implementando mecanismos internos de controlo e deteção de erros, de modo a reduzir a emissão de declarações de retificação. Paralelamente, garantir a regulamentação da legislação, monitorizando a legislação do Parlamento e do Governo.
Problema que visa resolver	Dispersão legislativa e linguagem complexa
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	Acordos parentais sempre atuais
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Desenvolver uma nova funcionalidade que permita a transmissão eletrônica, entre o Ministério Público e as Conservatórias do Registo Civil, do despacho de concordância ou discordância com o acordo de regulação das responsabilidades parentais, no caso de divórcio celebrado nas Conservatórias.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais

Denominação	Gestão das salas de audiência
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	Disponibilizar, num tribunal-piloto, uma plataforma de gestão dos espaços disponíveis em cada tribunal para a realização de diligências públicas, melhorando assim a gestão dos meios e obrigando a uma coordenação dos magistrados no agendamento das diligências, de modo a evitar o adiamento de diligências sobrepostas.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

Denominação	Saúde.doc
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	Desenvolver uma plataforma de gestão documental interna ao Ministério da Saúde, que permita: uniformizar os canais de informação e partilha de dados e desmaterializar os processos administrativos para todas as entidades. As áreas de informação prioritárias são a informação clínica e a informação administrativo-legal.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Registo Eletrónico de Certificados de Incapacidade Temporária
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Uniformizar os modelos de Certificados de Incapacidade Temporária (CIT) e desmaterializar os processos associados à sua emissão (incluindo os novos modelos "Doença Direta" e "Doença Profissional"), promovendo a interoperabilidade entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Segurança Social.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Revoga +
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Reduzir sistemática e setorialmente o stock legislativo, revogando mais leis do que aquelas que são aprovadas, por área da governação, e procedendo a um exercício de revogação sistemático de legislação que deveria estar formalmente revogada, desde 1976.
Problema que visa resolver	Dispersão legislativa e linguagem complexa
Destinatários	Universais
Fonte	Pontos focais

Denominação	Licenças e alvarás no IMPIC
Ministério	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Publicar no portal e nos postos de atendimento informação sobre o prazo médio para emissão de licenças e alvarás no IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção).
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Empresas
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

Denominação	Livro Amarelo Eletrónico
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2017
Descrição	Desenvolver e implementar uma plataforma que permita a submissão e gestão eletrónica de elogios, sugestões e reclamações, resultantes da prestação dos serviços da Administração Pública, independentemente do canal utilizado.
Problema que visa resolver	Complexidade e inacessibilidade nos mecanismos de reclamações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Diploma legal.

Denominação	ADSE Direta +
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Permitir que o registo do beneficiário ADSE seja automaticamente atualizado com a leitura do Cartão do Cidadão. Possibilitar ainda a desmaterialização do envio para a ADSE dos documentos que comprovam o copagamento das despesas de saúde, bem como do acompanhamento do processo de reembolso.
Problema que visa resolver	Número reduzido de funcionalidades associadas ao Cartão de Cidadão
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	InGov
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Tornar o Portal da Intranet do Governo colaborativo, através de uma melhoria da gestão de conteúdos, da disponibilização de novas funcionalidades e da criação de uma agenda comum.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais

Denominação	MSaúde Pessoas
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Otimizar os processos de contratação e mobilidade nas entidades do Ministério da Saúde, através da interoperabilidade da plataforma de recursos humanos.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

Denominação	Qualificações Públicas no Cartão de Cidadão
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Possibilitar aos dirigentes e funcionários públicos autenticarem-se e assinarem eletronicamente usando o seu Cartão de Cidadão, certificando as suas atribuições.
Problema que visa resolver	Número reduzido de funcionalidades associadas ao Cartão de Cidadão
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.
Denominação	ADSE na sua mão
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Disponibilizar o serviço de pedido de reembolso via web e, em seguida, via aplicação para mobile. O beneficiário poderá, através do site da ADSE Direta, submeter documentação para pedido de reembolso, preencher o pedido de reembolso e anexar a documentação de suporte. Com esta funcionalidade, o sistema ADSE irá gerar um documento com um código de barras para que os beneficiários possam, posteriormente, remeter os documentos físicos originais à ADSE.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	P(essoas)CM
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Reestruturar os serviços de gestão de recursos humanos da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, com reengenharia e desmaterialização de procedimentos.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais

Denominação	PCM Online
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Promover a renovação tecnológica da intranet da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, reformulando e automatizando os procedimentos administrativos e fomentando a produção colaborativa.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

Denominação	Portal do Beneficiário Militar
Ministério	Ministério da Defesa Nacional
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Expandir o atual Portal da Assistência na Doença a Militares, permitindo o acesso dos beneficiários a um conjunto de conteúdos estruturados e atualizados por áreas de interesse e a um conjunto de serviços e funcionalidades on-line relacionados com as mesmas áreas, nomeadamente assistência na doença a militares, processos de habitação e processos de acção social complementar.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	Portal Imobiliário Público
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa, Ministério da Justiça, Ministro Adjunto, Ministério do Ambiente
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Criar um portal especializado em imobiliário público que centralize e apresente informação sobre os imóveis do Estado disponíveis para a instalação de serviços públicos (área disponível à administração pública) e para rentabilização (área disponível aos cidadãos). Esta iniciativa inclui a desmaterialização das interações a que legalmente os serviços públicos se encontram sujeitos em matéria patrimonial e de gestão de instalações. Esta medida será executada em colaboração com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	GOGA - Rede de partilha de informação da SGPCM
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Criar uma rede de partilha de conhecimento e informação dentro da Presidência de Conselho de Ministros, integrada com a Rede Comum de Conhecimento.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	Contratação Pública + simples
Ministério	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Dividir os procedimentos em lotes com vista a incrementar ou potenciar a participação das pequenas e médias empresas nos processos de contratação pública. Divulgar a utilização de selos temporais interoperáveis, os quais podem ser utilizados em todas as plataformas de contratação pública pelos operadores económicos.
Problema que visa resolver	Complexidade e onerosidade na contratação pública
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

Denominação	Cooperativa na Hora
Ministério	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	Tornar possível a constituição imediata de cooperativa em balcão próprio, à semelhança da criação imediata de uma associação e de uma empresa.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Terceiro Setor
Fonte	Pontos focais

Denominação	Custa Quanto?
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Implementar uma metodologia de avaliação de impacto económico dos atos legislativos propostos pelos membros do Governo, focada na variação dos encargos administrativos, garantindo a existência de uma verdadeira barragem regulatória que promova a redução dos encargos administrativos globais e setoriais.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais

Denominação	Desmaterialização do procedimento legislativo
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Desmaterializar as comunicações de diplomas entre a Presidência do Conselho de Ministros (PCM) e a Assembleia da República e entre a PCM e a Presidência da República.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais

Denominação	SmartEDU
Ministério	Ministério da Educação
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2017
Descrição	Capacitar todas as entidades do Ministério da Educação com uma plataforma interna partilhada de gestão documental e de processos.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

Denominação	Reporte Financeiro + simples na PCM
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Simplificar e desmaterializar o reporte financeiro feito pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros aos Gabinetes e entidades por si apoiados.
Problema que visa resolver	Dispersão legislativa e linguagem complexa
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Sistema integrado de gestão dos Teatros Nacionais
Ministério	Ministério da Cultura
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Desenvolver uma solução integrada de gestão que abranja: processos contabilísticos e financeiros, processos de aquisições e aprovisionamento, a gestão patrimonial de ativos e a gestão de recursos humanos e documental, incluindo o arquivo digital.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais

Denominação	Sistema Integrado de Catalogação da Defesa
Ministério	Ministério da Defesa Nacional
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2017
Descrição	Interligar o Sistema Português de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional e promover a uniformização, a médio prazo, das Bases de Dados de Catalogação dos Três Ramos das Forças Armadas.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	Direito ao Simplex
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	Ministro Adjunto
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Criar uma carta com os direitos do cidadão perante a Administração Pública e os serviços prestados. Com base neste documento, será realizado um conjunto de iniciativas de divulgação destes direitos junto de cidadãos e empresários, nomeadamente em parceria com as autarquias locais.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

Denominação	Tecnologias@saúde
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Desenvolver um sistema de informação que possibilite a recolha de dados provenientes de diversas fontes, nomeadamente os registos nacionais de doença e sistemas de informação dos hospitais. Este sistema permitirá avaliar os resultados obtidos pelo medicamento ou dispositivo médico e consequentemente sinalizar, de forma mais eficiente, o financiamento das tecnologias da saúde relativamente aos mesmos medicamentos e dispositivos médicos.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Dispositivos médicos mais simples
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Simplificar o processo de aquisição de dispositivos médicos pelos hospitais e outras entidades do Serviço Nacional de Saúde, dispensando a exigência de certidão comprovativa do registo do dispositivo médico, sempre que esteja disponível o código do dispositivo médico (CDM) no sítio do Infarmed.
Problema que visa resolver	Complexidade e onerosidade na contratação pública
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Sistema de Alerta de Diretiva
Ministério	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Em colaboração com:	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Criar um sistema de alerta e repositório de informação dos representantes de Portugal junto dos grupos de trabalho de preparação de diretivas e regulamentos comunitários, que permita a identificação dos grupos em curso, a atualização da informação e o ponto de situação dos trabalhos. Esta medida vai ainda facilitar a definição de uma estratégia de Portugal para os trabalhos em curso, bem como a transmissão de orientações que evitem criar maiores constrangimentos e burocracia para as empresas e cidadãos.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais

Denominação	DREuropa
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2017
Descrição	Promover a adesão ao projeto europeu ELI - European Legislation Identifier (identificador da legislação europeia), que tem como objetivo facilitar o acesso, partilha e interconexão de informação legal através de sistemas de informação.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

Denominação	UniLex
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Promover o desenvolvimento de exercícios de codificação e consolidação legislativa, criando equipas interministeriais, e começando por duas áreas-piloto: Justiça e Ambiente.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais
Denominação	Competências@AP
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Permitir a identificação centralizada das competências dos trabalhadores em funções públicas. A medida operacionaliza-se através de uma plataforma eletrónica por via da qual são submetidos, pelos próprios interessados, os respetivos currículos. A base de dados assim constituída permitirá melhorar a partilha de competências dentro da Administração Pública e identificar as necessidades de formação. A medida começará por ser aplicada na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros e aos seus funcionários.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais

Denominação	SG+Gov
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Proceder à reengenharia dos procedimentos inerentes ao relacionamento entre os Gabinetes dos membros do Governo e a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Emergência médica digital
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2018
Descrição	Informatizar o registo de ocorrências efetuadas pelos Postos de Emergência Médica (PEM), bem como pelos meios integrados nos Serviços de Urgência: Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação (VMER) e Ambulâncias de Suporte Imediato de Vida (SIV).
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

Denominação	Selos simples
Ministério	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	Simplificar a atribuição do valor postal e a determinação da entrada em circulação das emissões de selos, assim como a fixação das características das formas estampilhadas, eliminando a necessidade de autorização ministerial.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX
Denominação	Cédula Profissional Eletrónica da Saúde
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Criar uma plataforma web que permita aos requerentes: preencher campos online, sendo feita uma pré-validação do processo de forma automática; anexar documentos; proceder à assinatura eletrónica dos documentos submetidos, utilizando o cartão de cidadão; efetuar o pagamento por multibanco; e consultar o estado do processo da emissão da cédula.</p> <p>Com esta medida simplificam-se e desmaterializam-se os seguintes processos: a) a emissão de cédulas profissionais para Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, Podologistas e Terapeutas não Convencionais; b) os pedidos de autorização de exercício profissional; c) o reconhecimento de qualificações e declarações para trabalhar no estrangeiro; d) o certificado e diploma de grau de especialista; e) a certidão de grau de consultor e de equiparação.</p>
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.



COMUNICAÇÕES + SIMPLES



COMUNICAÇÕES + SIMPLES

Denominação	Introdução de novos medicamentos online
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Desmaterializar o pedido de autorização de introdução de medicamentos no mercado.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Compreender a justiça
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Simplificar os textos das citações e notificações dirigidas aos cidadãos, garantindo o rigor jurídico e a validade processual dos atos.
Problema que visa resolver	Ausência de notificações eletrônicas para obrigações. Dispersão legislativa e linguagem complexa
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	Alerta pessoas em risco
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2018
Descrição	Implementação, na aplicação de registo clínico dos meios de emergência médica, de uma sinalização de cidadãos em situação de risco.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Registo de Clubes e Federações Desportivas + simples
Ministério	Ministério da Educação
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Modernizar o sistema do Registo Nacional de Clubes e Federações Desportivas para que o processo de inscrição e atualização de informação seja realizado online e a informação fique disponível de imediato no Portal do Instituto Português do Desporto e Juventude.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Terceiro Setor
Fonte	Pontos focais

COMUNICAÇÕES

+ SIMPLES

Denominação	Alvará de empreiteiro de obras públicas online
Ministério	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	Permitir a confirmação da titularidade de alvará de empreiteiro de obras públicas pela entidade adjudicante mediante consulta à base de dados das empresas de construção, constante do site do IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, tornando os processos de contratação pública mais céleres, seguros e simplificados.
Problema que visa resolver	Complexidade e onerosidade na contratação pública
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Revisão do Código da Contratação Pública.

Denominação	Chave Móvel Digital +
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Difundir a utilização da chave móvel digital com a entrega do Cartão de Cidadão, fornecendo um mecanismo de autenticação segura e simples de usar, sem necessidade de leitores de smartcard ou outros dispositivos.
Problema que visa resolver	Número reduzido de funcionalidades associadas ao Cartão de Cidadão
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	Notificações eletrônicas (SMS e email)
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento e das Infraestruturas, Ministério da Justiça, Ministério das Finanças, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ministério da Administração Interna, Ministério da Defesa Nacional, Ministro Ad
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Criar um serviço de notificações para cidadãos e empresas através de SMS e mensagens de correio eletrónico, por subscrição, nas diversas áreas de atuação da Administração Pública, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Prazo levantamento do Cartão de Cidadão; b) Prazo para alteração de morado no Cartão de Cidadão; c) Indicação de que a Carta de Condução foi remetida para a morada indicada; d) Notificação de despacho referente a pedidos de registo e de concessão de marcas, patentes e design, bem como alertando para o cumprimento dos prazos de pagamentos de taxas; e) Disponibilizar aos mandatários judiciais, a possibilidade de receberem por via eletrónica as notificações judiciais referentes a injunções onde têm intervenção (poderes de representação); f) Notificação das datas de vacinação; g) Na área fiscal e social.
Problema que visa resolver	Ausência de notificações eletrónicas para obrigações
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.
Denominação	Apoio ao Investidor
Ministério	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2018
Descrição	Disponibilizar a submissão eletrónica de candidaturas de projetos de investimento que visam ser reconhecidos como projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) ou beneficiar do acompanhamento pela Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI). A utilização do Balcão do Empreendedor permitirá ainda que, tanto os promotores do investimento como as entidades que compõem a CPAI, tenham acesso a toda a informação disponível, atualizada e partilhada.
Problema que visa resolver	Dispersão na informação e apoios aos empresários
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais

COMUNICAÇÕES + SIMPLES

Denominação	Livro de reclamações on-line
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Criar um ponto único de entrada online dos pedidos de informação e das reclamações de consumidores, direcionando-os automaticamente para as entidades competentes.
O projeto terá início em regime piloto junto de reguladores setoriais.	Complexidade de procedimentos.
Problema que visa resolver	Complexidade e inacessibilidade nos mecanismos de reclamações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	IVA + simples para Instituições Particulares de Segurança Social
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Desburocratizar os pedidos de reembolso de IVA suportado pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Terceiro Setor
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Empresas registadas com CAE secundária
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Possibilitar a associação de mais do que um Código de Atividade Económica (CAE) no momento do registo e, subsequente transmissão à Autoridade Tributária para dedução de benefícios fiscais em IRS, evitando deslocações adicionais às Finanças e garantindo que todos os CAEs são registados e relevam para efeitos legais.
Problema que visa resolver	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais

Denominação	Geo INEM
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	Desenvolver soluções de georreferenciação, gestão de meios do INEM e telemedicina baseadas em protocolos uniformizados e integrados com os instrumentos e ferramentas disponíveis nos Centros de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) e nos meios do INEM.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

COMUNICAÇÕES + SIMPLES

Denominação	Ficha Técnica de Habitação +
Ministério	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Simplificar a Ficha Técnica de Habitação, agregando elementos que constam de outros documentos (como o certificado energético do edifício ou o Livro de Obra).
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Universais
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública; sugestão proveniente do IMPIC.

Denominação	Dossiers individuais dos serviços prisionais
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Desmaterializar os dossiers dos utentes dos serviços prisionais de modo a agilizar o acesso à informação, contemplando de forma agregada, entre outras, as solicitações judiciais, correspondentes respostas, e medidas no âmbito de processos penais e tutelares educativos.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

Denominação	e-balcão do artista
Ministério	Ministério da Cultura
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Criar uma plataforma que auxilie os criadores e artistas nos procedimentos que devem seguir quando necessitam de apoio financeiro para a criação do seu projeto artístico.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Empresas
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	eCall – serviço de chamadas de emergência europeia
Ministério	Ministério da Administração Interna
Em colaboração com:	Entidades Privadas
Prazo	3.º Trimestre 2017
Descrição	Implementar o eCall, projeto de âmbito europeu que prevê a instalação de dispositivos nos veículos automóveis novos a partir de 2017, permitindo efetuar chamadas de emergência para o 112 ou serviço de emergência georreferenciado equivalente em qualquer país da União Europeia. O dispositivo pode iniciar uma chamada automática e envia um conjunto de dados, caso o condutor fique impedido de o fazer. Esta iniciativa será concretizada em parceria com entidades privadas.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

COMUNICAÇÕES

+ SIMPLES

Denominação	Em contato com a Entidade Reguladora Saúde
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Desenvolver uma linha de atendimento da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), com as seguintes funcionalidades: a) Consulta do estado do processo da reclamação, bem como da decisão e respetiva fundamentação; b) Pré-preenchimento de formulários; c) Envio de certidões de registo; d) Envio de toda a documentação relativa ao processo de licenciamento; e) Apoio a todo o procedimento de acesso ao Sistema de Gestão de Reclamações (SGREC).
Problema que visa resolver	Ausência de meios de pagamento de obrigações fiscais das empresas mais simples
Destinatários	Universais
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	Autenticação.gov +
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	Ministério da Educação, Ministério do Ambiente, Ministério das Finanças, Ministério da Saúde
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Alargar o fornecedor de autenticação a mais serviços da Administração Pública. Este mecanismo de autenticação, disponibilizado através do sistema "Autenticação.gov.pt" oferece diferentes níveis de segurança, em função dos serviços prestados. Desta forma o cidadão terá uma única password, podendo autenticar-se nos sites dos principais serviços públicos, tais como na área da educação, ambiente, saúde, finanças, segurança social, entre outros.
Problema que visa resolver	Multiplicidade de portais do Estado e ausência de autenticação única
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX

Denominação	Lei Clara
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Simplificar a consulta de legislação por cidadãos que não tenham conhecimentos jurídicos, elaborando resumos, em linguagem clara e acessível, do texto dos diplomas, em português e inglês. A medida prevê ainda a criação de 'manuais de instruções' de decretos-leis e a redução da publicação em suplementos do Diário da República.
Problema que visa resolver	Dispersão legislativa e linguagem complexa
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Senha fiscal na hora
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	A senha de acesso ao portal das finanças passa a ser gerada aquando da criação do NIF (número de identificação fiscal).
Problema que visa resolver	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

COMUNICAÇÕES + SIMPLES

Denominação	REN Digital
Ministério	Ministério do Ambiente
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Submeter automaticamente as cartas da Reserva Ecológica Nacional (REN) para publicação no Diário da República e depósito na Direção-Geral do Território, mediante a utilização da plataforma Sistema de Submissão Automática para Publicação e Depósito de Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT), assegurando a visualização destas no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT).
Problema que visa resolver	Reduzida articulação entre administração central e local
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Prestações Familiares + simples
Ministério	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	Tornar automático o acesso às prestações familiares, um procedimento que é ainda realizado presencialmente e através de requerimento em papel ou através da Segurança Social Direta por preenchimento de um formulário em PDF, que transita da mesma forma que o requerimento digitalizado.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Reembolso de IVA para sujeitos fora da Comunidade + simples
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Possibilitar a submissão eletrónica do pedido de reembolso de IVA e implementação de regras de controlo e validação automáticas.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Taxas moderadoras dos Bombeiros + simples
Ministério	Ministério da Administração Interna
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	Tornar automática a atualização do benefício de isenção do pagamento de taxas moderadoras para Bombeiros no Registo Nacional de Utentes.
Problema que visa resolver	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
Destinatários	Terceiro Setor
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

COMUNICAÇÕES

+ SIMPLES

Denominação	112.pt para pessoas com deficiência
Ministério	Ministério da Administração Interna
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	<p>Capacitar o serviço de atendimento de emergência 112 com a aplicação mobile 112.pt, que complementar os canais de comunicação de voz e texto (SMS), e integrará a comunicação por vídeo.</p> <p>Deste modo, o sistema de chamadas de emergência português tornar-se-á inclusivo para cidadãos com dificuldades de comunicação (nomeadamente surdos e mudos), que poderão passar a utilizar as seguintes funcionalidades: envio de SMS pré-definidos para o 112; envio de SMS customizados pelo chamador para o 112; envio de SMS com texto livre para o 112; georreferenciação do SMS, enviando a melhor localização disponibilizada pelo equipamento; possibilidade de comunicação com os Centros Operacionais do 112.pt com recurso a vídeo chamada.</p> <p>A aplicação disponibilizará ainda um serviço de vídeo intérprete online que, utilizando a Língua Gestual Portuguesa, possibilitará comunicar com um surdo através do canal de vídeo e facilitará o registo e encaminhamento para as entidades de despacho da ocorrência.</p>
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Referenciação eletrónica nos Cuidados Continuados Integrados
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Desmaterializar a referenciação na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), simplificando o processo de sinalização e referenciação da rede, e garantindo a interoperabilidade entre os sistemas de informação da rede, dos hospitais, dos cuidados de saúde primários, da segurança social e dos prestadores.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Reclamações, sugestões e elogios na Saúde
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Criar permissões de acessos externos seguros a volumes e tipologias de reclamações tratadas pela Entidade Reguladora de Saúde às instituições com competências nesta área.
Problema que visa resolver	Complexidade e inacessibilidade nos mecanismos de reclamações
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	RnFE - Registo Nacional de Fornecedores do Estado
Ministério	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2017
Descrição	Criar o "Registo Nacional de Fornecedores do Estado", no âmbito da contratação pública, que dispensará os operadores económicos de terem de fazer prova de idoneidade e de inexistência de dívidas às Finanças e à Segurança Social perante cada entidade pública. Este registo permite ainda estruturar um catálogo de fornecedores do Estado (por tipo de bens, serviços ou obras aptos a realizar).
Problema que visa resolver	Complexidade e onerosidade na contratação pública
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais

COMUNICAÇÕES + SIMPLES

Denominação	SIGAEconomia
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Implementar um interface eletrónico para a gestão dos processos de acreditação (SIGA), tendo em vista facilitar a comunicação do Instituto Português de Acreditação I.P. (IPAC) com os seus clientes. Este interface permitirá o acompanhamento em tempo real, e de forma integrada e abrangente, dos respetivos processos de acreditação.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Empresas
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	Sistema de avisos em processos criminais
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Criar um serviço de avisos para cada fase do processo de queixa submetido eletronicamente, tornando transparentes as suas fases e o tempo de resposta entre cada uma delas e permitindo ao cidadão uma avaliação e monitorização da qualidade dos serviços e prazos.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

Denominação	Segurança Alimentar - acesso eletrónico aos resultados laboratoriais
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Disponibilizar em tempo real, no site da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, o resultado quanto à aprovação/reprovação das amostras de Pedidos de Verificação Técnica de Bebidas Espirituosas de Origem Vitivinícola - PVT. Adicionalmente, os boletins de análises passam a ser assinados digitalmente e enviados automaticamente por email aos cliente.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Empresas
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	Saúde transfronteiriça digital
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Otimizar o sistema de apoio à gestão da mobilidade de doentes no âmbito dos Cuidados de Saúde Transfronteiriços (plataforma SAGMD), de forma a garantir a agilização dos processos de autorização prévia e reembolso eletrónico.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

COMUNICAÇÕES + SIMPLES

Denominação	Registo nacional de dadores sempre atualizado
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Possibilitar a atualização automática dos dados relativos aos dadores de sangue, implementando soluções de interoperabilidade entre os diversos sistemas de registo de dádivas de sangue e o registo nacional de utentes. Esta medida permitirá ainda deixar de utilizar papel nas sessões de colheita, com exceção do Consentimento informado e esclarecido dos dadores (que tem de ser devidamente assinado) e das guias de transporte de material e produtos.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Registo único de graus académicos estrangeiros
Ministério	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Facilitar o reconhecimento e ou a equivalência a graus estrangeiros por parte do ensino superior português, através do desenvolvimento de uma plataforma eletrónica de gestão centralizada, que permitirá a atribuição de um número único a cada grau/reconhecimento efetuado.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.



DOCUMENTOS
+ ACESSÍVEIS



DOCUMENTOS + ACESSÍVEIS

Denominação	Receita sem papel Plus
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Promover a desmaterialização integral em todo o território nacional da receita de medicamentos através de acessos eletrónicos autenticados para os cidadãos e profissionais de saúde.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Alteração da morada uma só vez +
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, Ministério da Justiça, Ministério das Finanças, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Entidades Privadas
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Tirar partido do processo de alteração da morada subjacente ao Cartão de Cidadão, permitindo, mediante consentimento, a comunicação entre as diversas entidades públicas e, sempre que solicitado pelo cidadão, comunicar a morada declarada e confirmada (com o envio de carta para a morada indicada pelo cidadão) também a outras entidades, nomeadamente para serviços económicos de interesse geral (água, luz, gás, comunicações e outros). Prevê-se que o projeto seja implementado em 2 partes: i) Na Internet, via Portal de Cidadão, o cidadão poderá autorizar que outras entidades sejam notificadas da alteração de morada; ii) Presencialmente nas Lojas do Cidadão e Balcões de Cartão de Cidadão.No âmbito desta medida será também disponibilizado um mecanismo central de autorizações que permita ao cidadão num só local - o Portal de Cidadão - dar autorização para a transmissão de informação entre entidades públicas.
Problema que visa resolver	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais

Denominação	Nascer Cidadão +
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	Disponibilizar o serviço de pedido de Cartão de Cidadão em ato contínuo ao Registo de Nascimento, num só balcão em todas as unidades hospitalares, onde exista balcão Nascer Cidadão.
Problema que visa resolver	Reduzida validade e morosidade na emissão de documentos pessoais
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais
Denominação	App Bolsa Eletrónica de Saúde
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Desenvolver uma aplicação que permita disponibilizar, mesmo em offline, os vários boletins com informação do Sistema Nacional de Saúde, notificações personalizadas e tradução no estrangeiro. Esta aplicação possibilitará ainda aceder ao resumo clínico do utente, ao boletim de vacinas, à receita sem papel, ao testamento vital e ao calendário do utente.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

DOCUMENTOS + ACESSÍVEIS

Denominação	Registo Criminal dos Professores
Ministério	Ministério da Educação
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	<p>A medida visa disponibilizar, na área de cada candidato no Sistema Interativo de Gestão de Recursos Humanos da Educação (SIGRHE), um menu onde ele autoriza o diretor da escola de provimento ou colocação a pedir o seu registo criminal para os devidos efeitos.</p> <p>Posteriormente, o diretor, na sua área restrita do SIGRHE, irá emitir um requerimento aos serviços do Ministério da Justiça, disponibilizando a listagem dos docentes que deram a autorização e dos dados necessários que podem ser exportados da aplicação.</p>
Problema que visa resolver	Reduzida validade e emissão complexa do certificado de registo criminal
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.
Denominação	Documentos sempre à mão
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	<p>Criar uma "bolsa de documentos" para garantir uma solução online integrada no Portal de Cidadão que permita enviar, receber, armazenar e gerir documentos eletrónicos ou digitais.</p> <p>A aplicação pretende facilitar a relação dos cidadãos e agentes económicos com a Administração Pública, no âmbito da prestação de um serviço, e funcionará como um repositório central, garantindo a disponibilização segura dos documentos, a sua certificação e também a notificação dos utilizadores acerca da evolução do estado dos mesmos.</p>
Problema que visa resolver	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Registo Civil Online +
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Permitir que o cidadão possa solicitar online a certidão permanente de todas os tipos de assentos do registo civil (nascimento; casamento; óbito; declaração de maternidade e perfilhação).
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	Documentos sempre válidos
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Enviar aos cidadãos e às empresas através de SMS e mensagens de correio eletrónico, por subscrição, alertas de aviso do fim do prazo de validade dos documentos, nomeadamente: a) Cartão de Cidadão; b) Carta de Condução; c) Passaporte; d) Certidões Permanente; e) Certificado de Admissibilidade de Firma;
Problema que visa resolver	Ausência de notificações eletrónicas para obrigações
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

DOCUMENTOS + ACESSÍVEIS

Denominação	Formulários fiscais sempre disponíveis
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Tornar possível a impressão dos formulários da Autoridade Tributária e Aduaneira com validade legal.
Problema que visa resolver	Multiplicidade e complexidade de formulários
Destinatários	Universais
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Atestado Médico Multiuso digital
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Uniformizar e desmaterializar o processo de emissão e transmissão de dados de atestados médicos de incapacidade, através de um registo nacional.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Registo Criminal online
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	Criar uma plataforma que permite a apresentação online de pedidos de certificados de registo criminal por particulares e pessoas coletivas, disponibilizar a certidão em formato desmaterializado e a possibilidade de, com um código de consulta, substituir a necessidade de entrega do documento em papel que autorizará, qualquer entidade pública ou privada, a consultar a informação
Problema que visa resolver	Reduzida validade e emissão complexa do certificado de registo criminal
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	Certidão de inexistência de património
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Tornar possível obter online certidões em que se demonstre que o contribuinte não é proprietário de quaisquer prédios.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

DOCUMENTOS + ACESSÍVEIS

Denominação	Carta sobre rodas
Ministério	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
Em colaboração com:	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Administração Interna
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Relativamente às categorias A e B da carta de condução serão implementadas as seguintes medidas: <ul style="list-style-type: none"> · Desmaterialização do processo de emissão de cartas de condução; · Atestado médico eletrónico, transmitido diretamente pelo médico aos serviços do IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, o que permite o registo automático de inaptidões; · Revalidação/emissão de guia de carta de condução; · Eliminação da referência à morada na carta de condução; · Disponibilização pública de indicadores de qualidade de serviço (prazos médios de emissão da carta de condução).
Problema que visa resolver	Morosidade na emissão e tempo de validade curto da Carta de Condução
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Passaporte passageiro frequente
Ministério	Ministério da Administração Interna
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2017
Descrição	Criar um modelo específico de Passaporte Português para viajantes frequentes, com mais páginas.
Problema que visa resolver	Reduzida validade e morosidade na emissão de documentos pessoais
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	Cartão de Cidadão +
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Dotar o Cartão de Cidadão de novas características e funções que permitam reduzir o número de deslocações dos cidadãos aos serviços. Entre elas encontram-se:</p> <p>a) Prazo de validade de 10 anos, a partir de determinada idade;</p> <p>b) Possibilidade de emissão de uma segunda via do documento contendo os códigos PIN e PUK, evitando um novo pedido de cartão caso o cidadão perca ou esqueça os códigos</p> <p>c) Fidelização, de forma facultativa, de um número de telefone ou telemóvel ou de um endereço eletrónico para comunicações entre a Administração Pública e o cidadão;</p> <p>d) Associação, de forma facultativa, do Cartão de Cidadão a serviços de notificação eletrónica que possam substituir, com valor legal, as cartas enviadas por via postal pela administração pública ao cidadão;</p> <p>e) Envio automático de SMS ou emails, com a indicação da necessidade de renovação do cartão, quando este esteja próximo do fim da sua validade;</p> <p>f) Alargamento da massificação da utilização da Chave Móvel Digital, com entrega simultânea da mesma aquando do levantamento do novo Cartão de Cidadão.</p>
Problema que visa resolver	Número reduzido de funcionalidades associadas ao Cartão de Cidadão
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública
Denominação	Cartão de Cidadão na hora para cidadãos com insuficiência económica
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	<p>Possibilitar que o cidadão em situação de insuficiência económica, que pretende solicitar a redução da taxa aplicada ao serviço de Cartão de Cidadão com base no respetivo documento comprovativo, possa efetuar num só balcão o pedido deste documento de identificação, sem deslocações adicionais à Segurança Social.</p>
Problema que visa resolver	Número reduzido de funcionalidades associadas ao Cartão de Cidadão
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

DOCUMENTOS + ACESSÍVEIS

Denominação	Cédula Militar desmaterializada
Ministério	Ministério da Defesa Nacional
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Desmaterializar a Cédula Militar, documento onde são objeto de averbamento todos os elementos relativos às obrigações militares do cidadão nacional, sendo a desmaterialização consubstanciada através da disponibilização do documento diretamente na Bolsa de Documentos.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	O meu processo judiciário eletrónico
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Disponibilizar uma funcionalidade que permita, de modo devidamente credenciado (nomeadamente através do Cartão de Cidadão), o acesso e acompanhamento do estado dos processos em tribunal, salvaguardando o respetivo segredo de justiça, bem como introdução de mecanismos de informação ao cidadão, designadamente nas citações e notificações, com a indicação da duração média expetável do processo que está em curso.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	Certificação de Atributos Empresariais no Cartão de Cidadão
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Disponibilizar aos administradores, dirigentes e trabalhadores das empresas a possibilidade de autenticação e assinatura em representação da empresa. Para o efeito, o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais permitirá a criação do perfil da empresa, desmaterializando o pacto social e atos permitidos aos administradores, utilizando o Cartão de Cidadão para autenticação e assinatura na qualidade respetiva.
Problema que visa resolver	Número reduzido de funcionalidades associadas ao Cartão de Cidadão
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Certidão Judicial online
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Disponibilizar uma certidão judicial eletrónica, desmaterializada, com um código único, que substituirá a necessidade de entrega do documento em papel e que permitirá, a qualquer entidade pública ou privada, consultar essa informação. Numa primeira fase abrangerá a jurisdição comum.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Universais
Fonte	Pontos focais



LICENCIAMENTOS + ÁGEIS



LICENCIAMENTOS + ÁGEIS

Denominação	Certificação de profissionais de segurança privada
Ministério	Ministério da Administração Interna
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Implementar um centro de exames, em suporte informático, que permita a descentralização distrital da realização de testes de acesso à profissão de segurança privado e de renovação de título habilitante, atendendo a um critério de uniformização das provas.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Universais
Fonte	Pontos focais

Denominação	Licença para caçador + simples
Ministério	Ministério da Administração Interna
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Simplificar e modernizar o processo administrativo, através de procedimento único, para obtenção de carta de caçador e de licença de uso e porte de arma, após aprovação em exame e do pagamento das taxas respetivas. Esta medida implica a coordenação entre a Polícia de Segurança Pública (PSP) e o Instituto Conservação da Natureza e Florestas, IP (ICNF, IP), criando uma plataforma digital, suportada pelo Sistema de Informação central da PSP, onde possam ser gerados de forma automática os exames únicos, com questões colocadas pela PSP e questões colocadas pelo ICNF, IP. Para os cidadãos que optem por não realizar o exame único, prevê-se a realização dos 2 exames distintos no mesmo dia.
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	Licença de Mediação Imobiliária "na hora"
Ministério	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Emitir a Licença de Mediação Imobiliária no momento em que é requerida.
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais

Denominação	Licenciamentos turísticos + simples
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Simplificar o licenciamento dos empreendimentos turísticos, nomeadamente através da possibilidade de abertura após conclusão da obra, redução do número de entidades envolvidas no processo, diminuição de documentos e processo integrado para instalação de empreendimentos turísticos fora dos perímetros urbanos, incluindo Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) e licenciamento urbanístico.
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

LICENCIAMENTOS + ÁGEIS

Denominação	Segurança das instalações de gás em edifícios + simples
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Aprovar um novo regime relativo às condições de segurança das instalações de gases combustíveis em edifícios (instalações de gás), que elimine os encargos para os cidadãos e empresas desproporcionados relativamente ao objetivo de garantir a segurança deste tipo de instalações.</p> <p>Neste contexto, será eliminada designadamente: a necessidade de aprovação do projeto de instalação de gás, sendo tal aprovação substituída por termo de responsabilidade do autor do projeto, legalmente habilitado, que ateste a conformidade do mesmo com as regras legais aplicáveis; e será dispensada a realização de nova inspeção nas situações de alteração da titularidade do contrato de gás/e ou mudança de comercializador, que não impliquem alterações nos equipamentos.</p>
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Vistorias nas embarcações iguais para todos
Ministério	Ministério do Mar
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Harmonizar o regime de segurança da navegabilidade e das respetivas vistorias em relação às embarcações de pesca inferiores a 24 m e às restantes embarcações não abrangidas pelas convenções internacionais e legislação comunitária. Com estas alterações pretende-se não só alinhar a legislação nacional pelo padrão internacional como também simplificar procedimentos.</p>
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Universais
Fonte	Pontos focais

Denominação	Licenciar farmácias + simples
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Criar um novo portal eletrónico para simplificar a submissão dos processos de licenciamento de farmácias e melhorar a comunicação com as entidades envolvidas, designadamente proprietários de farmácias ou potenciais proprietários. Esta medida incluirá: a) Supressão do averbamento de ónus em Alvará de farmácia; b) Substituição do averbamento de ónus que recai sobre qualquer participação social em alvará pelo registo; c) Simplificação dos procedimentos associados ao licenciamento de farmácias e distribuidores; d) Simplificação da instrução do processo de transferência de farmácia.
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Autorização Excepcional de Medicamentos mais simples
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	O licenciamento dos empreendimentos turísticos será simplificado, nomeadamente através da possibilidade de abertura do empreendimento logo após conclusão da obra, redução do número de entidades e de documentos do processo. O processo para localização de empreendimentos turísticos fora dos perímetros urbanos será ainda simplificado, integrando-se num mesmo ato todas as operações urbanísticas e de alteração aos instrumentos de gestão territorial, de forma a dar respostas claras e céleres aos promotores sobre a construção e abertura de empreendimentos turísticos.
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

LICENCIAMENTOS + ÁGEIS

Denominação	Plataforma do Mar
Ministério	Ministério do Mar
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	<p>Criar uma plataforma com a geo-referenciação das atividades económicas realizadas em meio marinho, bem como promover a integração no balcão do Empreendedor, com ligação ao licenciamento ambiental e industrial, dos licenciamentos dessas atividades. Na fase de arranque do projeto serão integrados os licenciamentos no sector da energia, designadamente no licenciamento de petróleo e gás, no licenciamento de eólica offshore e ondas; no sector da pesca lúdica e desportiva, no mergulho profissional, nas embarcações e nas taxas de frolagem e balizagem, via licenciamento AM e Capitania online; e no sector da aquacultura.</p>
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX
Denominação	TUA - Título Único Ambiental
Ministério	Ministério do Ambiente
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Criar o Título Único Ambiental (TUA) que integra 11 regimes jurídicos e respetivos procedimentos.</p> <p>Trata-se de um processo, um título, uma taxa, que permite aos requerentes entregar todos os elementos instrutórios numa única vez através da internet, integrando todos os procedimentos necessários subsequentes e georreferenciando as atividades económicas numa única base de dados, compatível com a informação cartográfica oficial.</p> <p>Em complemento, a presente medida possibilitará a articulação entre todas as entidades intervenientes, o Balcão do Empreendedor e o sistema da indústria responsável, garantido um processo transparente para os cidadãos, com controlo e harmonização de prazos.</p>
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	Náutica de Recreio
Ministério	Ministério do Mar
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Dinamizar a náutica de recreio e criar condições para o crescimento do número de praticantes, contribuindo, em consequência, para o desenvolvimento das atividades económicas associadas e uma aproximação ao mar. Para tal, trabalhar-se-á em dois vetores fundamentais: os processos associados às embarcações e os processos associados à habilitação para a prática, com particular atenção ao trabalho desenvolvido ao nível do desporto escolar.
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX

Denominação	Portal de Segurança Contra Incêndio em Edifícios
Ministério	Ministério da Administração Interna
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	Desenvolver o Portal de Segurança Contra Incêndios em Edifícios de modo a permitir a tramitação desmaterializada dos procedimentos previstos no regime legal. Passam assim a poder ser efetuados de forma desmaterializada: a entrega de requerimentos e documentos pelos requerentes; a consulta do estado dos procedimentos também pelos interessados; o envio de pareceres, relatórios de vistorias e de inspeções no âmbito da segurança contra incêndios em edifícios, quando solicitados à Autoridade Nacional de Proteção Civil; e a comunicação da decisão.
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Universais
Fonte	Pontos focais

LICENCIAMENTOS + ÁGEIS

Denominação	Balcão do Empreendedor +
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	Ministério da Economia, Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Ministério do Ambiente, Ministério das Finanças, Ministério do Mar
Prazo	1.º Trimestre 2018
Descrição	Disponibilizar progressivamente processos de licenciamento de acesso e de exercício de atividades económicas no Balcão do Empreendedor, garantindo a utilização de webservice para integração dos processos nas aplicações das entidades que os tramitam, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> a) Atividades de prestamistas, leiloeiras e outros previstos no regime jurídico das atividades de comércio e serviços e restauração (RJACSR); b) Atividades relativas ao Mar; c) Atividades relativas à pecuária; d) Licenciamento industrial (SIR); e) Licenciamento industrial (LUA); f) Controlo prévio urbanístico (SIRJUE). Prevê-se que até Maio de 2017 estejam integrados 40% dos processos.
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX
Denominação	Aquicultura + simples
Ministério	Ministério do Mar
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	Racionalizar e agilizar os procedimentos administrativos, designadamente na redução do prazo legal do licenciamento dos estabelecimentos de aquicultura, e reduzir o número de licenças, utilizando os documentos que titulam a ocupação de espaço público e recursos aquáticos, como o título de início de atividade.
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX

Denominação	Reconhecimento das unidades de saúde
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Criar uma bolsa de entidades externas emissoras de certificados de cumprimento de requisitos de licenciamento, implementando um procedimento simples para o reconhecimento das entidades (composto por registo da candidatura, avaliação e decisão).
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Simplificar o regime da ourivesaria e contrastaria
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	Ministério das Finanças, Ministério da Cultura, Ministério da Economia
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Simplificar o regime de acesso e exercício da atividade da ourivesaria e da contrastaria, como seja o licenciamento, o âmbito de aplicação, as obrigações no exercício da atividade e as regras de contraste.
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX

LICENCIAMENTOS + ÁGEIS

Denominação	Licenciamento das Instalações Elétricas + simples
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Aprovar um novo regime de licenciamento das Instalações Elétricas de Serviço Particular (instalações do tipo A, B e C) no sentido da sua simplificação, eliminando, designadamente, a necessidade de aprovação do projeto de instalação elétrica, sendo tal aprovação substituída por termo de responsabilidade do autor do projeto legalmente habilitado, que ateste a conformidade do mesmo com as regras legais aplicáveis.
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.



MAIS SERVIÇOS E
+ INFORMAÇÃO
NUM ÚNICO LOCAL



MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Balcão 2020 +
Ministério	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2018
Descrição	<p>Melhorar a gestão das candidaturas e projetos submetidos ao Portugal 2020 através das seguintes iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de uma nova versão da área reservada online dos promotores, tendo presente o alargamento das atuais funcionalidades e a maior eficiência processual; - Realização de inquéritos de satisfação bienais (a partir do 4.º Trimestre de 2016), de modo a promover a melhoria contínua do Balcão 2020 e a sua orientação para os utilizadores; - Criação de mecanismos eletrónicos que permitam a aceitação eletrónica da decisão de aprovação das candidaturas, sem necessidade de assinatura em papel; - Estabelecimento de um procedimento automático que permita ao promotor desistir de uma candidatura através da sua área online reservada no Balcão 2020; - Desmaterialização do processo de validação da situação dos promotores perante o fisco.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	Senhas de atendimento online para os Centros de Emprego do IEFP
Ministério	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	Disponibilizar informação sobre senhas e emissão de senhas eletrónicas para os Centros de Emprego do IEFP, IP através do Mapa do Cidadão.
Problema que visa resolver	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	Espaço Óbito
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	Ministério das Finanças, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Entidades Privadas
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Criar, em projeto-piloto, o Espaço Óbito que reúne num único local de atendimento um conjunto de serviços transversais a várias entidades, públicas e privadas, a que é necessário recorrer após o falecimento de um familiar. Este novo serviço será disponibilizado na rede de serviços do Ministério da Justiça.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Catálogo de produtos de apoio para pessoas com deficiência e incapacidade
Ministério	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Criação de plataforma e implementação de um catálogo nacional on-line que permita melhorar o acesso à informação por parte dos/das cidadãos e cidadãs e das entidades financiadoras do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio às deficiências ou incapacidades (SAPA). Desenvolvimento da base de dados de registo e do Sistema de informação de Atribuição de Produtos de Apoio – melhoria, dos processos associados ao financiamento destes produtos (cadeiras de rodas, bengalas, óculos e outros), permitindo simplificação, transparência e controlo na sua atribuição.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Portal do cidadão; e mail.

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Casa Pia Online
Ministério	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Simplificar e tornar mais acessível o suporte da informação prestada aos alunos e aos cidadãos na sua interação com a Casa Pia, nomeadamente através das seguintes iniciativas: criação do espaço Educandos, que facilitará o relacionamento virtual com alunos e famílias; disponibilização de formulários para requerimentos e da possibilidade de pagamentos online.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Terceiro Setor
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Ensino Superior 360º
Ministério	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Centralizar toda a informação respeitante a inscrições e frequências no ensino superior, podendo esta informação ser disponibilizada ao estudante ou a entidades públicas que dela necessitem, a requerimento daquele. A informação será comunicada pelas Instituições de Ensino Superior e ficará armazenada centralmente na Direção-Geral de Ensino Superior (DGES), sendo fornecida aos serviços públicos através da Framework de Serviços Comuns da Administração Pública. Este sistema de informação centralizada será constituído por 3 componentes: 1) um repositório com o historial do estudante em termos de frequência do ensino superior; 2) um back office para consulta da DGES; 3) uma componente de serviços com disponibilização de serviços de forma automática.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Espaço do Cidadão no Consulado de Paris
Ministério	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Em colaboração com:	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	Projeto-piloto do Espaço do Cidadão a desenvolver no Consulado Geral de Portugal em Paris.
Problema que visa resolver	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

Denominação	Escola 360º
Ministério	Ministério da Educação
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Consolidar os processos de gestão escolar no ensino pré-escolar, básico e secundário numa aplicação centralizada, fiável, segura e menos onerosa. Esta medida arrancará no ano letivo de 2016/2017 com um projeto-piloto que abrangerá 15 escolas e organismos centrais, e permitirá melhorar o tratamento e gestão dos 7 principais processos administrativos relacionados com os alunos, a saber: 1) matrículas, renovações e transferências; 2) gestão de informação biográfica; 3) turmas; 4) assiduidade; 5) avaliação; 6) certificados; 7) notificações dirigidas aos encarregados de educação relativas a faltas, avaliações, disponibilização de sumários, calendários de avaliação.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Casa Pronta +
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Alargar o âmbito de aplicação do serviço Casa Pronta (procedimento especial de transmissão, oneração e registo de imóveis) a mais negócios, como a compra e venda com locação financeira e a divisão de coisa comum. Esta medida também irá permitir que, no ato da compra da sua habitação própria permanente num balcão Casa Pronta, possa em ato contínuo efetuar o pedido de alteração de morada no Cartão de Cidadão e agendar a alteração de morada dos respetivos membros do agregado familiar, se for o caso. Tal alteração é desde logo comunicada à Autoridade Tributária Aduaneira (AT) e demais entidades.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	EDU_Autenticação Única
Ministério	Ministério da Educação
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Permitirá uma autenticação única em todos os sistemas e aplicações do Ministério da Educação. A medida é direcionada para todos os utilizadores que interagem com os sistemas da educação, tais como: alunos, encarregados de educação, pessoal docente, pessoal não docente, colaboradores dos organismos da educação, entre outros.
Problema que visa resolver	Multiplicidade de portais do Estado e ausência de autenticação única
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

Denominação	Ensaaios clínicos digitais
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Criar um portal eletrónico sobre ensaios clínicos, que irá permitir:</p> <p>a) O desenvolvimento de um registo centralizado de entidades que participam em ensaios clínicos;</p> <p>b) A centralização e desmaterialização dos pedidos de pareceres relativos a ensaios clínicos;</p> <p>c) A divulgação de informação aos agentes do sector e cidadãos.</p>
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.
Denominação	Abrir um restaurante
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Disponibilizar online no Portal de Cidadão um guia para a instalação e exploração de estabelecimentos de restauração e bebidas, contendo toda a informação relevante, incluindo em matéria fiscal.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Cooperação Online
Ministério	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Melhorar e simplificar o acesso aos serviços e a submissão online das candidaturas das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento e das Fundações às linhas de financiamento dos projetos de Cooperação.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Terceiro Setor
Fonte	Pontos focais

Denominação	DACULTURA
Ministério	Ministério da Cultura
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Reestabelecer a presença digital do Ministério da Cultura através de um portal web multiplataforma, onde será disponibilizada uma montra de conteúdos de informação útil, centrada e agregada, sobre os vários espaços e atividades culturais, entre outros.</p> <p>Esta medida inclui ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a desmaterialização das obras físicas, especificamente a transição de suportes físicos (livros em papel, discos em vinil, etc.) para suportes multimédia (livros digitais, streaming de vídeo e áudio); - a modificação dos canais unidirecionais para canais de comunicação bidirecionais, aditando-se canais bidirecionais como as redes sociais e portais de comunidades; - a substituição do sistema presencial (loja local, promotor local) por um sistema digital (redes sociais, lojas online, portais informativos).
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Balcão Único do Emprego
Ministério	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Em colaboração com:	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Prazo	1.º Trimestre 2018
Descrição	<p>Concentrar num único espaço físico e ou plataforma digital todas as interações dos cidadãos desempregados nos processos de procura ativa de emprego e de formação profissional, bem como dos empregadores nos processos de seleção e contratação de novos colaboradores, ou de reconversão e adaptação de recursos humanos.</p> <p>Pretende-se assim melhorar o funcionamento dos serviços públicos de emprego, por via de uma otimização da utilização dos canais disponíveis para processamento destas interações.</p> <p>O Balcão vai compreender um conjunto de medidas, designadamente a desmaterialização de interações entre cidadãos, empresas e serviços públicos de emprego (tais como inscrições/candidaturas online, documentos digitais, disponibilização de informação e mecanismos de pesquisa no portal "NETEmprego").</p>
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX
Denominação	Balcão de Heranças e Divórcios com Partilha +
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Tornar possível a celebração de contratos mútuos com ou sem hipoteca no Balcão de Heranças e Divórcios com Partilha. Esta medida inclui a disponibilização de modelos de minutas de contratos e acordos nos respetivos processos, como sejam os de divórcio, herança e poder paternal.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Testamento online
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Permitir verificar online se o familiar falecido deixou testamento e o local onde o mesmo foi realizado, através de uma plataforma informática.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

Denominação	Balcão da Inclusão
Ministério	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	<p>Implementar um Sistema de Atendimento Integrado – Balcão da Inclusão. Trata-se de um sistema/rede de balcões físicos de atendimento acessível, integrado, de cariz territorial para pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias, bem como Organizações Não Governamentais, técnicos/as, e outras pessoas ou entidades interessadas. Pressupõe informações relevantes das diversas áreas, imagem própria, acessibilidades comunicacionais e uniformização de atendimento.</p> <p>O projeto piloto dos 5 Balcões da Inclusão terá início no Instituto da Segurança Social, IP (a decorrer) e integrará a atual rede de serviços de informação e mediação para pessoas com deficiência ou incapacidade (SIM – PD). Para tal, é necessário um sistema de informação integrado (alojado no Instituto Nacional de Reabilitação, IP) e um sistema de gestão de atendimento (ex. SIGA - sistema integrado de gestão de atendimento). Prevê-se a sua integração em Espaços do Cidadão.</p>
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais

Denominação	BIME – Plataforma de informação EDU
Ministério	Ministério da Educação
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Melhorar o desempenho da BIME – plataforma agregadora da informação residente nos sistemas de informação do Ministério da Educação, relativa a escolas, alunos, turmas, pessoal docente, pessoal não docente e informação financeira, que pretende dotar, em tempo real, os diferentes organismos da informação necessária à tomada de decisão.</p> <p>Em concreto, promover-se-á a atualização da plataforma e o desenvolvimento de duas áreas distintas:</p> <p>(i) uma para consulta das autarquias, tendo em vista a disponibilização da informação necessária ao planeamento municipal da educação;</p> <p>(ii) e outra pública, que visa disponibilizar informação útil ao cidadão relativamente às escolas públicas.</p>
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais

Denominação	Balcão Cidadão Móvel
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	Ministro Adjunto
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Disponibilizar na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela 15 unidades móveis de serviços públicos da Administração Local e Central com as características do Balcão do Cidadão, integrando a prestação de cuidados de saúde e outros serviços de proximidade aos cidadãos deste território.</p> <p>Esta medida será executada em colaboração com a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.</p>
Problema que visa resolver	Serviços públicos com reduzida cobertura territorial
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública; CIM Beiras e Serra da Estrela.

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	DRU - Diário da República Universal
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Melhorar o acesso ao Diário da República através das seguintes iniciativas: a) Alargamento da informação constante da parte pública e gratuita do portal "dre.pt"; b) Incremento dos serviços disponíveis no Diário da República Eletrónico, nomeadamente através da melhoria das funcionalidades de pesquisa, do enriquecimento da informação do Diário da República com informação proveniente de outras fontes, e da criação de um sistema de leitura acessível e compreensível de imagens, mapas e plantas; c) Eliminação integral da publicação do Diário da República em papel.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX
Denominação	Certificados de autorização do medicamento online
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Criar um portal eletrónico que simplifique os pedidos de submissão e gestão de certificados de autorização de lote, solicitados pelas empresas responsáveis pela comercialização de medicamentos derivados do plasma e vacinas. Todas as fases do processo passarão a ser tramitadas numa plataforma eletrónica designada por portal dos pedidos de certificados de autorização de lote (CAUL).
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	SIGA SNS
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Facilitar e agilizar o acesso aos cuidados de saúde através do desenvolvimento do sistema integrado de gestão do acesso no SNS (SIGA SNS), com base em quatro iniciativas:</p> <p>a) Desenvolvimento do "Livre Acesso aos Cuidados de Saúde" (LAC) - adaptação dos sistemas de informação das unidades de prestação de cuidados de saúde para facilitar a escolha da unidade hospitalar em processos de referência dos cuidados de saúde primários, disponibilizando um indicador de tempo médio de espera;</p> <p>b) Operacionalização do "Voucher de acesso e integração de cuidados de saúde" (VAI) - produção de um Formulário de Indicação de Cuidados e Acessos (FIC) pelos profissionais de saúde, no âmbito da Plataforma de Dados de Saúde (PDS), com a informação clínica que originou a necessidade de referência, e com a possibilidade de notificação eletrónica da entidade de destino;</p> <p>c) Implementação dos "Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT) sem papel (MSP)" - desmaterialização do fluxo de pedido de MCDT e de acesso aos resultados;</p> <p>d) Desenvolvimento do "Voucher eletrónico de transporte de doentes não urgentes" - desmaterialização de processos de requisição eletrónica, gestão de pedidos e rotas, e gestão dos processos de conferência da faturação; desenvolvimento de aplicação móvel para controlo da localização do doente e do estado do processo.</p>
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Tenho uma criança
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Criar um pacote informativo, em formato físico e digital, para entrega às mães e pais nos balcões de registo de nascimento que prestam serviço nos hospitais, no momento do registo de nascimento ou do pedido de cartão de cidadão. Este pacote reunirá toda a informação relevante sobre direitos e deveres, por exemplo: primo-vacinação (Saúde), prestações (Segurança Social), direitos laborais, entre os quais as licenças parentais (Trabalho), alterações às declarações de rendimentos (Finanças), entre outros.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

Denominação	Centro Contacto do SNS
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Disponibilizar ao cidadão, através de um ponto de contacto único e multicanal, um conjunto de informações e serviços que simplifiquem o acesso e a utilização do Serviço Nacional de Saúde (SNS), nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> a) informação geral; b) saúde pública; c) aconselhamento farmacêutico; d) triagem, aconselhamento e encaminhamento; e) apoio à utilização de serviços digitais - telecuidados. A medida substitui os serviços de atendimento Saúde 24.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	SIGApp
Ministério	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Em colaboração com:	MPMA
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Desenvolver uma aplicação do Sistema de Gestão de Filas de Espera (SIGA), que permitirá a emissão de senhas de atendimento digitais, por meio do telemóvel, sem necessidade de deslocação prévia ao atendimento presencial e com a indicação do estado da fila de espera (tempo real de atendimento). O Sistema de Gestão de Filas de Espera permite gerir todo o fluxo de utentes que se deslocam aos locais de atendimento das seguintes instituições: Segurança Social, Lojas do Cidadão, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e parte do Instituto dos Registos e Notariado. Esta é uma solução que permite a existência de várias entidades no mesmo local de atendimento. Mais recentemente o SIGA está a interagir, em tempo real, com o "Mapa do Cidadão", uma plataforma digital que divulga informação sobre os serviços de atendimento público, com duas novas valências: o funcionamento 24h e a dispensadora de senhas em 4 idiomas (Inglês, Francês, Espanhol e Alemão). Esta plataforma está disponível para web, smartphones e tablets e permite ao cidadão saber: o serviço de atendimento mais próximo; os documentos necessários (de acordo com a situação a tratar); o número de senhas que antecedem à do cidadão; o tempo de demora do último atendimento.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública
Denominação	A Justiça no meu caso
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Atualizar e desenvolver a aplicação "A Justiça no Mapa" inserida no portal CITIUS, que atualmente permite localizar serviços e obter direções e tempo de trajeto, associando um mecanismo interativo de pergunta/resposta, de modo a que seja possível prestar informação ao cidadão sobre o serviço, físico ou online, onde se deve dirigir para resolver a sua situação concreta
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Universais
Fonte	Pontos focais

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	e-Catálogo Cinemateca
Ministério	Ministério da Cultura
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	Criar uma nova infraestrutura global de informação da Cinemateca, integrando todas as atuais bases de dados de catalogação e informação patrimonial de gerações anteriores (filmes, documentação e outro património não-filme, Filmografia Portuguesa, etc.), desbloqueando a sua evolução e criando uma plataforma de disponibilização alargada de informação.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; necessidade interna.

Denominação	e-Catálogo editorial nacional
Ministério	Ministério da Cultura
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	Disponibilizar online os registos das publicações editadas correntemente em Portugal e recebidas na Biblioteca Nacional Portuguesa (BNP) por depósito legal. Este e-catálogo terá características e funcionalidades distintas das presentes num catálogo tradicional, vocacionado para quem quer estar a par das novidades editoriais. Nele serão, ainda, disponibilizados os conjuntos de dados dos sistemas de informação bibliográfica da BNP, bem como serviços de pesquisa e recuperação de registos para integração noutras aplicações.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	e-classificação de filmes
Ministério	Ministério da Cultura
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Desenvolver uma plataforma que possibilite a submissão eletrónica dos filmes para classificação à comissão de avaliação da IGAC, prevendo-se igualmente a desmaterialização dos processos de atribuição da classificação, reporte aos operadores, gestão dos pedidos e pagamento das vinhetas.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública.
Denominação	e-Consulado
Ministério	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Desenvolver e implementar o sistema integrado de funcionamento e gestão dos postos consulares, e SGC - Sistema de Gestão Consular. Este novo sistema permitirá um melhor e mais eficiente funcionamento da rede diplomática e consular assegurando novas funcionalidades, tais como: inscrição consular única, agendamento online, registo dos atos consulares, gestão consular, funcionalidades de backoffice, interface com sistema contabilístico e aplicação de emissão de vistos.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Guião das Pedreiras
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Disponibilizar online um guia de apoio ao investidor no domínio das pedreiras. Esta medida visa dotar as empresas do setor com a informação prática relativa às obrigações legais e procedimentais na atividade de pesquisa e exploração de massas minerais.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Empresas
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Pedido online da apostila
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Criar uma única plataforma nacional para registo de pedidos de apostila (formalidade por cujo intermédio se certifica a autenticidade dos atos públicos emitidos no território de um Estado contratante e que devam ser apresentados no território de outro Estado contratante da mesma Convenção, desta forma lhes conferindo valor probatório formal), que permita a certificação da autenticidade de documentos públicos portugueses, para efeitos de apresentação num país estrangeiro, e também a receção de pedidos por via eletrónica.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

Denominação	Metrologia Legal online
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Melhorar a interação entre o Instituto Português da Qualidade (IPQ) e os seus clientes na área da metrologia legal através da disponibilização de uma ferramenta informática. Com esta ferramenta será possível aceder, a qualquer momento e a partir de qualquer local, a uma área de trabalho reservada, onde já consta informação pré-preenchida, simplificando procedimentos e tornando os processos mais céleres.
Problema que visa resolver	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais

Denominação	Registo individual do condutor atualizado nas Regiões Autónomas
Ministério	Ministério da Administração Interna
Em colaboração com:	Regiões Autónomas
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Garantir a interoperabilidade entre as bases de dados do RIC (Registo Individual do Condutor) do Continente e das Regiões Autónomas, quer para o atual regime do RIC, quer do regime de carta por pontos. O acesso das Regiões Autónomas à base de dados de RIC, da Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária (ANSR), é efetuada através de uma linha de transmissão de dados, a qual deverá ser assegurada por webservice, garantindo-se todos os requisitos de segurança da informação. Disponibilizar à Região Autónoma da Madeira a aplicação "Sistema de Informação e Gestão de Autos de Contraordenação" (propriedade da ANSR), bem como os requisitos técnicos e funcionais, para adaptação e utilização da mesma no âmbito da gestão dos autos de contra ordenação.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Nascer com médico de família e boletins de saúde eletrónicos
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Desmaterializar a comunicação de dados administrativos e clínicos entre prestadores de cuidados de saúde e com o cidadão, no âmbito dos cuidados de saúde associados ao nascimento, pediatria e adolescência. Esta medida engloba 4 subiniciativas:- Nascer Utente - atribuição de médico de família na maternidade;- Notícia de Nascimento Digital - desmaterialização da Notícia de Nascimento, promovendo um reforço da articulação entre Hospitais e Cuidados de Saúde Primários e melhorando a qualidade da continuidade dos cuidados prestados à criança e à família;- eBoletim de Saúde Infantil e Juvenil - versão digital do Boletim de Saúde infantil e juvenil, para registo e consulta de pais, cuidadores e profissionais, incluindo os do setor privado, através do Portal do SNS, que permite o envio de notificações;- Boletim de Vacinas Eletrónico - versão digital do Boletim de Vacinas, acessível através do Portal SNS aos cidadãos e profissionais, incluindo os do setor privado, para registo e consulta, que também permite notificações, e promove um mais célere e eficaz acompanhamento do Plano Nacional de Vacinação pela Direção-Geral da Saúde.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Nascimento online
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Permitir que os pais de recém-nascidos possam efetuar a declaração de nascimento em sítio web, confirmando e completando os dados do nascimento de uma criança a partir da informação pré-preenchida que consta da cédula de nascimento, sem necessidade de deslocação a um serviço de registo civil.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Sugestões.

Denominação	Projetos de Investimento do Turismo de Portugal
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Melhorar a estrutura tecnológica que interage com os investidores que pretendem apoios financeiros, numa primeira fase. Em seguida, estabelecer conexões com outros serviços da Administração Pública, através de plataforma de interoperabilidade, que permita um acesso direto à informação já existente, deixando de ser solicitada às empresas.
Problema que visa resolver	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	Agendamento telefónico na Justiça
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Alargar o serviço de agendamento telefónico aos procedimentos da Empresa na Hora, Associação na Hora e Sucursal na Hora.
Problema que visa resolver	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Novo Portal de Serviços Camões + acessível
Ministério	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Criar um novo Portal de Serviços com os objetivos de modernizar, integrar funcionalidades e permitir a convergência de aplicações que possibilitem uma comunicação mais focada nos serviços disponibilizados pelo Camões, I.P. e uma navegação mais estruturada a partir de um fio condutor entre esses serviços. Alguns dos serviços a disponibilizar serão: candidaturas a agentes de cooperação; equiparação e renovação do estatuto de agente de cooperação; reconhecimento e renovação de estatuto como ONGD; candidatura à bolsa de avaliadores de projetos financiados pelo Camões, I.P.; candidaturas a bolsas na área da cooperação e da língua; candidaturas ao Programa de Apoio à Edição; e inscrição e pagamento de cursos presenciais e online.</p> <p>A medida inclui ainda a simplificação do acesso da rede externa de língua, cultura e cooperação, via plataforma eletrónica, e a melhoria da gestão administrativa, para os cooperantes apoiados pelo Camões, I.P.</p>
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

Denominação	Novos serviços nos Espaços do Cidadão
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	<p>Alargar a oferta de entidades e serviços no catálogo dos Espaços do Cidadão. Entre os serviços a disponibilizar destaca-se o agendamento para atendimento nos serviços Casa Pronta, Empresa na Hora, Cartão de Cidadão e Passaporte, e Candidatura Online para o Ensino Superior.</p>
Problema que visa resolver	Serviços públicos com reduzida cobertura territorial
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX

Denominação	O seu Banco com o Cartão de Cidadão
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	Entidades Privadas
Prazo	3.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Possibilitar a abertura de conta bancária apenas com a apresentação do Cartão de Cidadão, comunicando-se automaticamente os dados necessário relativos à identificação, morada e situação laboral do cliente.</p> <p>Permitir, igualmente, que a alteração da morada perante a entidade bancária se realize através da comunicação da morada constante do Cartão de Cidadão, eliminando a apresentação de qualquer outro comprovativo.</p>
Esta iniciativa será concretizada em parcerias com entidades privadas.	Ausência de serviços online e processos desmaterializados.
Problema que visa resolver	Número reduzido de funcionalidades associadas ao Cartão de Cidadão
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.
Denominação	Agenda de Cidadão
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	<p>Possibilitar a consulta, num ponto único, dos principais eventos (direitos e obrigações, como sejam o pagamento de impostos) de cidadãos com a Administração Pública. Numa lógica multicanal, a agenda deverá ser disponibilizada online (Portal do Cidadão), presencialmente (Loja do Cidadão ou Espaço do Cidadão) e no canal telefónico (Linha de Cidadão, SMS, smart mobiles e e-mail).</p>
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Agendamento online de reuniões com a AT
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Tornar possível o agendamento online de reuniões presenciais com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), evitando a necessidade de espera nos serviços de finanças e permitindo um atendimento mais especializado.
Problema que visa resolver	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
Destinatários	Universais
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	Agendamento IPDJ Online
Ministério	Ministério da Educação
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Permitir a marcação e o pagamento online dos equipamentos (nomeadamente de salas e auditórios) do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ).
Problema que visa resolver	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	Resolução rápida e eficaz de conflitos na saúde
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Simplificar o acesso à informação e procedimentos de resolução de conflitos, permitindo a submissão online do pedido de mediação, com vista à rápida resolução de conflitos.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Património Cultural do Estado para eventos
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2017
Descrição	Criar uma plataforma digital de informação e gestão de espaços do património cultural do Estado que possam ser utilizados para a realização de eventos.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Universais
Fonte	Pontos focais

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Capitania Online +
Ministério	Ministério da Defesa Nacional
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Alargar os serviços do balcão único da Autoridade Marítima Nacional - "Capitania Online" - otimizando o seu funcionamento e diversificando as plataformas de acesso aos serviços disponibilizados.</p> <p>Integrar os respetivos serviços com outros sistemas, internos e externos à Autoridade Marítima Nacional, designadamente a Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP), Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e o Sistema Integrado de Informação da Autoridade Marítima (SIAM), visando aumentar, de forma gradual e consistente, o universo de utilizadores. Implementar este serviço em terminais dedicados, a localizar nas instalações das capitánias dos portos, nas lotas e noutros locais a definir, tais como as lojas do cidadão, através da utilização de Terminal Automático da Capitania Online (TACO).</p> <p>Constitui também um objetivo deste projeto desenvolver a Aplicação para fiscalização pela Polícia Marítima (APPM), tendo em vista proporcionar aos agentes fiscalizadores o acesso em dispositivos móveis à informação que necessitam.</p>
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.
Denominação	Planeamento Territorial Online
Ministério	Ministério do Ambiente
Em colaboração com:	Ministro Adjunto
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Desenvolver uma plataforma colaborativa de gestão territorial, destinada a servir de apoio ao acompanhamento dos programas e dos planos territoriais (como, por exemplo, os Planos Directores Municipais e os Planos de Pormenor), no âmbito do Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT).</p> <p>Esta plataforma vai permitir a gestão do processo internamente em cada entidade (como, por exemplo, nos Municípios e respetivas comissões de acompanhamento à elaboração), promovendo a consulta pública dos cidadãos e das empresas.</p>
Problema que visa resolver	Reduzida articulação entre administração central e local
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	Plataforma da aquicultura
Ministério	Ministério do Mar
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	Disponibilizar aos particulares, de uma forma desmaterializada, elementos sobre todos os estabelecimentos aquícolas em território nacional. Poder-se-á pesquisar a localização de cada um deles, quer em águas salgadas quer em águas salobras, listando-se também os estabelecimentos aquícolas inativos que podem ser ocupados. A informação sobre quais as zonas mais propícias ao desenvolvimento da atividade aquícola será igualmente disponibilizada.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	Plataforma Renda Apoiada
Ministério	Ministério do Ambiente
Em colaboração com:	MJ e MF
Prazo	3.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Criar uma plataforma eletrónica destinada a organizar e manter atualizada a informação sobre as habitações arrendadas no regime de arrendamento apoiado e respetivos arrendatários. Esta plataforma permitirá aceder à informação disponível junto da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e do Instituto dos Registos e Notariado (IRN) sobre a composição e rendimentos do agregado familiar, bem como da titularidade de bens móveis ou imóveis. O acesso será feito a partir do Portal da Habitação.</p> <p>Destaca-se, ainda, o facto de esta plataforma permitir a validação automática das condições de acesso à habitação social, incrementando o rigor das informações prestadas e contribuindo para combater as situações de fraude, defendendo assim o interesse público e a melhoria da aplicação da lei.</p>
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Porta Única do ICNF
Ministério	Ministério do Ambiente
Em colaboração com:	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Criar um portal único informativo para a realização de serviços públicos relativos ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), nomeadamente nas áreas da caça, pesca, património natural, Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES - Convenção de Washington), áreas protegidas, e outros. Visa alargar-se o atendimento ao cidadão e empresas online e em pontos de atendimento descentralizados, garantindo a interoperabilidade com o Balcão do Empreendedor e o Portal de Cidadão.
Problema que visa resolver	Multiplicidade de portais do Estado e ausência de autenticação única
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Portal das Exportações
Ministério	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2018
Descrição	Criar uma aplicação web agregando a oferta de produtos e serviços dos parceiros que intervenham na cadeia de valor do processo de internacionalização ou exportação de cada empresa.
Problema que visa resolver	Dispersão na informação e apoios aos empresários
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	Portal das Finanças +
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Reformular o portal das finanças, no sentido de tornar mais acessível a informação fiscal, em especial facilitando a pesquisa dos esclarecimentos em matéria fiscal quer para cidadãos quer para empresas.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Portal das Instituições de Memória da Defesa
Ministério	Ministério da Defesa Nacional
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Ampliar a utilização da atual Plataforma de Gestão Integrada das Bibliotecas da Defesa, potenciando a sua utilização num âmbito ainda mais alargado e dotando-a de novas componentes que respondam às necessidades das instituições em rede. Será reutilizada a infra-estrutura central existente e o software já licenciado. Assim, o Portal das Instituições de Memória será um portal único que disponibilizará online o acesso aos catálogos informatizados das instituições de memória da Defesa Nacional (Vértice - Bibliotecas, Arquivo e Museus).
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Portal de Cidadão +
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2018
Descrição	<p>Renovar o Portal de Cidadão no sentido de organizar as informações e serviços eletrónicos em torno de eventos de vida de cidadão e empresas, criando, sempre que possível, balcões eletrónicos integrados.</p> <p>Neste novo Portal de Cidadão, todos os serviços relevantes para a relação do cidadão com a Administração Pública estarão integrados (tais como reclamações, elogios e sugestões, bolsa de documentos, autenticação eletrónica, etc.). Esta solução vai permitir que os cidadãos e empresas prescindam de mais utilizadores e palavras-chave para submissão de pedidos, além de que os próprios serviços públicos vão reduzir custos por eliminação de sites e páginas eletrónicas.</p> <p>Até ao primeiro trimestre de 2017 pretende-se ter concluído as iniciativas Alteração de Morada uma Só Vez e integração da Bolsa de Documentos. Numa segunda fase, pretende-se integrar outros serviços como o Balcão do Empreendedor +.</p>
Problema que visa resolver	Multiplicidade de portais do Estado e ausência de autenticação única
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	PRA Inclusão Social
Ministério	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Criar uma plataforma agregadora da informação dos diferentes programas de apoio financeiro às organizações de inclusão social, que incluirá a submissão, a decisão, o reporte e a avaliação online da candidatura.</p>
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Terceiro Setor
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Portal do Governo +
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Reformular o Portal do Governo com o objetivo de o tornar mais intuitivo, através de uma melhor comunicação e informação ao cidadão.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

Denominação	Portal do Turismo +
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Desenvolver um novo portal institucional do Turismo de Portugal, com informação ajustada às necessidades dos operadores turísticos (guias práticos, toolkits, etc.), que funcionará como um centro de recursos para os empresários turísticos. Dentro do novo portal serão disponibilizados novos serviços, tais como: plataforma de congressos e eventos, calendário de eventos e informação georreferenciada da atividade turística.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Agenda Digital Empresário Turístico
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	Disponibilizar online o calendário das obrigações do empresário turístico perante a Administração Pública, de forma a facilitar o cumprimento.
Problema que visa resolver	Dispersão na informação e apoios aos empresários
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX

Denominação	Parcelário acessível a todos
Ministério	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Disponibilizar a informação geográfica existente no sistema de Informação do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas - IFAP I.P., designadamente os limites das parcelas agrícolas identificadas pelos agricultores que são beneficiários de ajudas comunitárias, bem como a sua caracterização em termos de ocupação do solo.</p> <p>A Medida proposta assenta em três vertentes distintas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Disponibilização de uma versão pública do parcelário, permitindo a consulta online e em tempo real à informação disponível naquele sistema (sem que sejam disponibilizados dados de carácter pessoal); 2. Criação e disponibilização na área reservada do portal do IFAP de um módulo destinado ao agricultor (beneficiário) que lhe permita aceder em tempo real à informação relativa à sua exploração; 3. Disponibilização da informação vetorial, designadamente o limite das parcelas e das ocupações do solo identificadas no parcelário (sem que sejam disponibilizados dados de carácter pessoal). Esta informação será disponibilizada com uma atualização anual.
Problema que visa resolver	Dispersão e inaccessibilidade de Informações
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	Informação uma só vez no Ensino Superior
Ministério	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Criar as condições tecnológicas que permitam agregar, numa única plataforma, as informações necessárias aos inquéritos referentes a pessoal docente e não docente de todas as Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, para efeitos de recursos humanos.
Problema que visa resolver	Proliferação e redundâncias nas declarações estatísticas
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça desmaterializados
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Disponibilizar os acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal Administrativo unicamente em suporte digital, implementando procedimentos automatizados de tratamento dos diferentes formatos dos documentos, permitindo o acesso via web e abandonando o formato em papel.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Universais
Fonte	Pontos focais

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Arquivo Camões
Ministério	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Melhorar o acesso e a consulta eletrónica ao acervo de conteúdos existentes nos arquivos sobre a responsabilidade do Camões, I.P. por parte dos cidadãos em geral, nomeadamente para fins de investigação académica e consulta de processos à sua guarda.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

Denominação	Formulário único de candidatura na Juventude
Ministério	Ministério da Educação
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Implementar um modelo de formulário único para candidaturas a diversos programas na área da Juventude, tais como o "OTL - Ocupação de Tempos Livres" (destinado a jovens interessados em participar em projetos para a comunidade nos tempos livres), o "Agora Nós" (dirigido a jovens voluntários que pretendem intervir de forma ativa na comunidade) e o "CUIDA-TE" (direcionado para a saúde juvenil e promoção de estilos de vida saudáveis). Posteriormente, alargar esta iniciativa à área do Desporto.
Problema que visa resolver	Multiplicidade e complexidade de formulários
Destinatários	Terceiro Setor
Fonte	Pontos focais

Denominação	Gabinete do Investidor
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	<p>Potenciar a atividade dos Centro de Apoio Empresarial do IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação em articulação com outras estruturas centrais, regionais ou locais com vocação empresarial - por exemplo Lojas do Cidadão, balcões de atendimento das Regiões de Turismo.</p> <p>Este gabinete funcionará numa lógica de atendimento personalizado e de proximidade ao empresário, seja no plano de disponibilização de soluções integradas de investimento seja no plano do apoio aos processos de licenciamento.</p> <p>Implementar-se-ão pilotos na Guarda e em Leiria até ao final de 2016.</p>
Problema que visa resolver	Dispersão na informação e apoios aos empresários
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais
Denominação	Administração do litoral + integrada
Ministério	Ministério do Ambiente
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2017
Descrição	Operacionalizar a plataforma colaborativa SIARL - Sistema Integrado de Administração do Recurso Litoral - que permite a disponibilização de informação integrada sobre as dinâmicas costeiras, na ótica do risco e dos usos do solo.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Universais
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Gestão dos sistemas de incentivo IAPMEI +
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Implementar um projeto de Business Intelligence para a gestão dos sistemas de incentivo no IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, tendo em vista: <ul style="list-style-type: none"> - Assistir as empresas na gestão dos seus projetos e no cumprimento das obrigações subjacentes, através de instrumentos eletrónicos inteligentes; - Assistir as equipas técnicas do IAPMEI na gestão da carteira de projetos e no cumprimento de indicadores de nível de serviço às empresas, nomeadamente ao nível dos prazos de resposta.
Problema que visa resolver	Dispersão na informação e apoios aos empresários
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Guia da Indústria Responsável
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Disponibilizar online, em linguagem clara, um guia técnico para a exploração de estabelecimentos de tipo 3.
Problema que visa resolver	Dispersão na informação e apoios aos empresários
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Portugal Concilia
Ministério	Ministro Adjunto
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Disponibilizar online o mapeamento de serviços de apoio à conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal junto da população em geral. Esta medida visa apoiar a população de cada concelho, especialmente as pessoas que têm de cuidar de dependentes, na procura de respostas às suas necessidades de articulação de esferas, disponibilizando informação de forma acessível, comparativa e rápida, sobre: equipamentos sociais; infraestruturas de apoio a crianças e outros dependentes; serviços de proximidade; serviços de mobilidade e transporte; serviços de assistência no domicílio a pessoas doentes, com deficiência e ou pessoas idosas, entre outros, que permitam as mulheres e os homens conciliar melhor as suas vidas, obtendo a informação sem se deslocar. O Portugal Concilia será desenvolvido em projeto-piloto, em parceria com algumas autarquias que integram a dimensão da igualdade de género ao nível local.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Articula com Plano nacional para Igualdade, medida Viver em Igualdade.
Denominação	APPoio Contra a Violência Doméstica
Ministério	Ministro Adjunto
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Facilitar o acesso à informação relativa a respostas e estruturas existentes em todo o território nacional no domínio da violência de género e doméstica, através da disponibilização de uma aplicação (app) para telemóvel. Esta app permitirá amplificar a divulgação de informação já existente, mapeada no website da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), tornando-a acessível a toda a população que necessite de apoio direto ou que pretenda efetuar uma denúncia ou procurar ajuda para terceira pessoa. Facilitará e agilizará também o trabalho de profissionais que acompanham e encaminham casos de violência doméstica, concentrando, numa única ferramenta, os contactos das entidades que integram a rede nacional de apoio a vítimas de violência doméstica.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	iFAMA – Plataforma Única de Inspeção e Fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente
Ministério	Ministério do Ambiente
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Desenvolver uma plataforma de suporte à atividade inspetiva – portal internet/intranet, sistema de gestão interna e sistema de informação geográfica. Esta plataforma integra um balcão único de submissão de denúncias, registo de acidentes/incidentes, pedidos de informação/esclarecimento, pedidos de acesso a documentos e comentários/sugestões em matérias ambientais, e plataformas colaborativas de troca de documentação entre organismos oficiais, nomeadamente ao nível do Cadastro Nacional das Contraordenações Ambientais (CADAMB), com entidades inspecionadas e com organismos internacionais (rede IMPEL).</p> <p>Destaca-se ainda a georreferenciação de ações de controlo, de auditoria, de inspeção, de contraordenações e de atividades económicas abrangidas pelos regimes jurídicos ambientais e a promoção da interoperabilidade com outros sistemas da Administração Pública, garantido a partilha de informação técnica e a atuação integrada.</p>
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	APP Registo Português de Transplantação
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Criar uma aplicação (app) móvel que permita ao Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST), bem como a todas as instituições hospitalares constituintes da rede nacional de transplantação, o acesso a todo o processo de doação, colheita e transplantação de órgãos e tecidos via aplicação.</p> <p>Esta app tem ainda outra vertente, orientada para o paciente, pré- e pós-transplante, que possibilita uma ligação direta ao seu médico clínico e às equipas de transplante.</p>
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Quiosque Digital
Ministério	Ministério da Educação
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Disponibilizar Quiosques digitais para marcação e pagamento de instalações no Centro Desportivo Nacional do Jamor, como alternativa ao atendimento presencial em secretaria. E, numa segunda fase, colocação de equipamentos idênticos em outras instalações do IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. que os justifiquem.
Problema que visa resolver	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais
Denominação	Informação clínica integrada nos comportamentos Aditivos e Dependências
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Desenvolver mecanismos simplificados de comunicação e partilha de informação, no domínio dos sistemas de informação, que permitam a gestão da informação clínica integrada e monitorização dos Contratos de Convenção com as unidades privadas de tratamento, no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências. Uniformização do processo de licenciamento de unidades privadas de tratamento no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Online +
Ministério	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	<p>Permitir que sejam solicitados online os seguintes serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Revalidação da carta de condução; · Emissão de 2.ª Via da carta de condução (casos em que a carta se tenha extraviado, tenha sido roubada ou esteja destruída); · Substituição da carta de condução em caso de mau estado de conservação ou por alteração dos elementos; · Emissão de dísticos de estacionamento para deficientes: desmaterialização do pedido, com possibilidade de carregamento pelo utilizador da documentação requerida; · Revalidação/emissão guia de carta de condução; · Certificação da Carta de Condução de Não Residente; · Renovação do cartão de condutor (tacógrafo); · Renovação dos Cartões Tacográficos de Empresa.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	App eLearning Camões
Ministério	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Alargar o acesso a conteúdos à distância na área da língua, da cultura e da cooperação.</p> <p>Aprofundar os mecanismos de interação entre o Camões, I.P. e os seus destinatários, nomeadamente no âmbito dos cursos de língua portuguesa para públicos no estrangeiro.</p> <p>Prevê-se ainda a disponibilização de conteúdos em plataforma mobile específicos para os cursos online, para a rede da Entidade Pública Empresarial, para a ação cultural externa e para os projetos de cooperação.</p>
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

Denominação	Registo de animais de uma só vez
Ministério	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	Integrar e interligar bases de dados de identificação e registo de animais, eliminando duplicações de registos, reduzindo erros na identificação e movimentação animal, melhorando as operações de controlo sanitário, de rastreabilidade e de controlo da origem, e reduzindo custos no sector pecuário.
Problema que visa resolver	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	App Energia
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Desenvolver e implementar uma aplicação (app) que centralize toda a informação relevante sobre mercado de energia em Portugal.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Universais
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	App FIRERISK
Ministério	Ministério da Administração Interna
Em colaboração com:	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	<p>A App FIRERISK reúne dados abertos de diferentes autoridades públicas, numa única plataforma, sobre incêndios florestais. A sua proposta de valor está ligada à área do risco, ambiente, sustentabilidade e participação do cidadão.</p> <p>Trata-se de uma aplicação inovadora e exclusiva em Portugal, que tem como objetivo contribuir para a mudança de paradigma da participação do cidadão na mitigação dos incêndios florestais.</p>
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Concurso Startup Simplex

Denominação	App MySNS
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Disponibilizar num portal único do Ministério da Saúde canais de comunicação e de informação interactivos, com destaque para as áreas da promoção da saúde, transparência e informação acessível ao cidadão. Desenvolver novos serviços digitais e recursos dedicados à educação para a saúde, literacia e auto-cuidados, a disponibilizar na área do Cidadão do portal (por exemplo, o pagamento de taxas moderadoras através de referência multibanco) e na vertente de aplicações móveis.</p>
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	APP MAI
Ministério	Ministério da Administração Interna
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Desenvolver um conjunto de aplicações mobile para alguns serviços do Ministério da Administração Interna, nomeadamente: os programas "Estou Aqui" e "Estou Aqui Adultos" (PSP), prevendo-se a criação de um webview com website responsivo, que permite a localização dos utilizadores (crianças ou adultos); georreferenciação de fogos em Portugal, com visualizador e possibilidade de notificação de ocorrências, com base numa morada ou área definida pelo utilizador; programas "Verão Seguro" (vigilância de habitações durante as férias) e "SMS reboques" (localização de veículos rebocados); aplicação "Forças e Serviços de Segurança do MAI", com mapa e lista para consulta por parte do cidadão e obtenção de direções para o serviço mais próximo; aplicação para Recenseamento eleitoral.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	APP Poupe na Receita +
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Acrescentar funcionalidades na aplicação "Poupe na Receita", nomeadamente o custo dos medicamentos, a localização das farmácias e o esclarecimento de dúvidas.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	Instituto do Cinema e do Audiovisual digital
Ministério	Ministério da Cultura
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2018
Descrição	Desenvolver uma plataforma com vários módulos interligados entre si, designadamente para: a) registo de entidades e de obras; b) gestão, seleção e avaliação de candidaturas; c) gestão dos apoios financeiros; d) gestão de processos pré-contenciosos; e) gestão das bilheteiras; f) gestão da icateca, videoteca e filmoteca; g) gestão da documentação; h) gestão das obrigações de investimento; i) gestão e controlo da receita e comunicação da aplicação com o sistema financeiro e contabilístico; j) notificações através da plataforma, que permitirão ao candidato acompanhar o progresso dos procedimentos na sua área pessoal; l) disponibilização da possibilidade de assinatura eletrónica; m) criação de automatismo na geração e preenchimento de minutas de formulários e correspondência a serem utilizadas pelos serviços; n) gestão dos incentivos fiscais.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX
Denominação	Janela Única Logística
Ministério	Ministério do Mar
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2018
Descrição	Implementar a Janela Única Logística que, como evolução e extensão natural da Janela Única Portuária, alargará a gestão dos fluxos de informação de toda a cadeia logística, simplificando e desmaterializando procedimentos, a todos os meios de transportes terrestres e na ligação aos portos secos nacionais e espanhóis até Madrid. Pretende-se assegurar a fluidez da informação referente ao transporte de mercadorias de e para os portos de mar nacionais, tendo por referência o modelo implementado no Porto de Sines.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais

Denominação	Instituto da Mobilidade e dos Transportes + Próximo
Ministério	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Introduzir uma base de dados centralizada que permita: a) a eliminação da competência territorial das Delegações de Serviços para que o utente não tenha que se dirigir ao serviço da área de residência; b) a instalação de um balcão de autoatendimento (self service); c) a implementação de um sistema integrado de gestão de filas de espera; d) o agendamento do atendimento através de marcação por telefone ou email.
Problema que visa resolver	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX

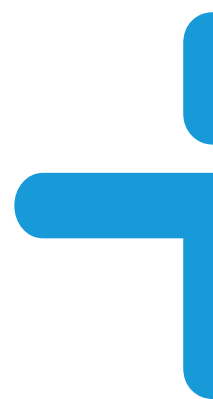
Denominação	Registo de Saúde Eletrónico +
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Disponibilizar o acesso aos dados clínicos dos utentes pelos prestadores de cuidados de saúde dos setores público, privado e social, contribuindo para a criação de uma visão completa dos dados de saúde do cidadão. Será desenvolvido o "repositório de informação clínica anonimizado" (RICA) e o "repositório de informação relativa ao cartão de pessoa com doença rara" (RARO), com os respetivos mecanismos de governança e segurança.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

Denominação	"Balcão único" nos tribunais
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Implementar um projeto-piloto de sistema de atendimento em Balcão Único nos Tribunais Administrativos e Fiscais, a ser desenvolvido nos tribunais identificados pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.



OBRIGAÇÕES + SIMPLES



OBRIGAÇÕES + SIMPLES

Denominação	Banda de Cidadão
Ministério	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	Eliminar a obrigatoriedade de registo dos utilizadores das rádios do cidadão, sem afetar a operacionalidade das estações das bandas do cidadão.
Problema que visa resolver	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX

Denominação	Bolsas de estudo + simples
Ministério	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Agilizar a partilha de informação relevante, entre serviços públicos, para a elegibilidade do requerente, nomeadamente a relativa aos seus rendimentos e do seu agregado familiar. Para tal, será implementado um fluxo de interoperabilidade informática com a Autoridade Tributária e Aduaneira (detentora de grande parte da informação necessária ao processo de decisão) e outras entidades públicas como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	App pagamento de impostos
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Criar uma aplicação (app) móvel com avisos de pagamentos de impostos. Numa segunda fase pretende-se a integração com o sistema de pagamentos da SIBS para que o próprio pagamento possa ser efetuado através da app no telemóvel ou tablet.
Problema que visa resolver	Ausência de notificações eletrónicas para obrigações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.
Denominação	Apoio às Artes, Cinema e Audiovisual
Ministério	Ministério da Cultura
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Modernizar os procedimentos de concurso para atribuição de apoios financeiros designadamente através da eliminação de obrigações desnecessárias, da simplificação das candidaturas e das operações de reporte de investimentos realizados.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

OBRIGAÇÕES + SIMPLES

Denominação	p0w Paga ao Estado
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	Ministério das Finanças, Ministério da Administração Interna, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	O p0w é uma carteira digital que substitui o dinheiro-vivo. O Paga ao Estado é uma funcionalidade do p0w que permite a qualquer pessoa receber as notificações de pagamento, multas e faturas pelo telemóvel, e pagar logo, calendarizar o pagamento ou criar alerta. Diminui em 75% os custos do Estado com este processo. Grátis, fácil e imediato para o utilizador.
Problema que visa resolver	Ausência de notificações eletrónicas para obrigações
Destinatários	Universais
Fonte	Concurso Startup Simplex

Denominação	IVA + simples para Bombeiros
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Simplificar o procedimento de restituição de IVA às Associações de Bombeiros.
Problema que visa resolver	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
Destinatários	Terceiro Setor
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Informação única no INE
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Reduzir o número de inquéritos, aos quais cidadãos e as empresas têm de dar resposta, aproveitando a informação que já foi fornecida à Administração Pública, nomeadamente através do Inquérito Mensal ao Volume de Negócios e Emprego, o Índice de Custo do Trabalho, o Inquérito ao Transporte Rodoviário de Mercadorias, Intrastat e Inquérito às rendas de habitação.
Problema que visa resolver	Proliferação e redundâncias nas declarações estatísticas
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Limitar penhoras
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	Limitar as penhoras dos saldos bancários ao valor efetivamente em dívida, criando um mecanismo eletrónico que evite a penhora da integralidade do saldo.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

OBRIGAÇÕES + SIMPLES

Denominação	Livro de atas eletrónico
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Disponibilizar uma plataforma online para Livro de Atas eletrónico, que interaja, quando necessário, com o Registo Comercial automaticamente, permitindo a assinatura na qualidade dos membros de órgãos estatutários.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Medicamento direto
Ministério	Ministério da Saúde
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Desmaterializar a plataforma eletrónica de aquisição direta de medicamentos (ADMED) pelas clínicas médicas e clínicas médicas dentárias, de forma a simplificar o processo de autorização de aquisição de medicamentos aos fabricantes, importadores e distribuidores.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Multibanco nos autos de contraordenação na Defesa da Floresta Contra Incêndios
Ministério	Ministério da Administração Interna
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Permitir o pagamento dos autos de contraordenação do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, através de uma referência multibanco.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Municípios em linha com a AT
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Possibilitar a comunicação eletrónica dos Municípios à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) de plantas, alvarás e licenças municipais.
Problema que visa resolver	Reduzida articulação entre administração central e local
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

OBRIGAÇÕES + SIMPLES

Denominação	Notificações fiscais eletrónicas para não residentes
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Criar um sistema de citações e notificações eletrónicas para os contribuintes não-residentes, através do Portal das Finanças, dispensando a obrigatoriedade de nomeação de representante fiscal.
Problema que visa resolver	Ausência de notificações eletrónicas para obrigações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública; Emails de contribuintes.

Denominação	Certidões de dívida + simples
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Simplificar a emissão de certidões de situação tributária para as empresas que possuem dívidas mas que se encontram devidamente garantidas.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Empresas
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	Pagamentos impostos direto
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Admitir a possibilidade de os contribuintes pagarem os seus impostos por débito direto.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Isenção IMI + simples
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Dispensar o pedido de isenção do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) sempre que a Autoridade Tributária e Aduaneira já disponha da informação necessária, como seja no caso da aquisição da habitação própria e permanente.
Problema que visa resolver	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

OBRIGAÇÕES + SIMPLES

Denominação	Processos inspetivos fiscais online
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Introduzir a desmaterialização do procedimento inspetivo, proporcionando assim aos contribuintes inspecionados, a disponibilização, na sua área do Portal das Finanças, de todas as fases do procedimento inspetivo a que venham a estar sujeitos, garantindo também o acesso ao histórico do procedimento.</p> <p>Com esta medida, pretende-se não só simplificar a interação entre os contribuintes e as equipas de inspeção, mas também garantir uma melhoria efetiva na disponibilização da informação, já que, por exemplo, os projetos de relatório de inspeção ficarão disponíveis, de imediato de forma desmaterializada, evitando-se a complexidade e a morosidade dos processos de impressão e expedição em correio normal. Garante-se também ao contribuinte que o seu direito de participação possa ser exercido pela mesma via.</p>
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Universais
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.
Denominação	Projeto ANSR / ARAC
Ministério	Ministério da Administração Interna
Em colaboração com:	Entidades Privadas
Prazo	3.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Automatizar os pedidos e as respostas de identificação dos condutores, entre as entidades fiscalizadoras e as empresas associadas da Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor (ARAC).</p> <p>Implementar um canal de comunicação eletrónico entre o sistema de contraordenações e a base de dados da ARAC, da qual consta a identificação dos veículos afetos à atividade de "rent-a-car" para posterior emissão da notificação do pedido de identificação de condutor.</p> <p>O acesso à informação por parte das forças de segurança e polícia administrativa será efetuado em tempo real, através de comunicação eletrónica de dados entre o sistema de contraordenações e esta base de dados.</p> <p>As empresas de rent-a-car notificadas para identificação dos condutores poderão proceder à respetiva identificação, através do referido canal de comunicação eletrónico, agilizando-se assim todo o processo.</p>
Problema que visa resolver	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Registo patrimonial de embarcações
Ministério	Ministério do Mar
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Agilizar os procedimentos em matéria de registos, tornando a resposta da Administração Pública mais célere, eficaz e eficiente. As propostas de alterações legislativas, regulamentares, contratuais e tecnológicas de simplificação administrativa serão introduzidas numa lógica de aumento da competitividade deste mercado.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX

Denominação	Regulamento de Inscrição Marítima
Ministério	Ministério do Mar
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Melhorar as condições de acesso à profissão pelos profissionais do mar, aprofundando a modularidade da formação e a transversalidade das categorias. Irá também atuar-se na melhoria da qualidade dos processos, na mobilidade e na flexibilidade do exercício da profissão.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

OBRIGAÇÕES + SIMPLES

Denominação	Relatório Único + simples
Ministério	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2018
Descrição	Facilitar e simplificar o processo de preenchimento do Relatório Único, referente aos trabalhadores, pelas empresas, através do pré-preenchimento de alguns dos seus campos com informação já disponível na Administração Pública. A medida inclui ainda a eliminação do Anexo F do relatório único e a melhoria do conteúdo publicado no Boletim do Trabalho e Emprego e outros procedimentos, visando a harmonização da informação disponível neste Boletim com aquela que, posteriormente, é solicitada.
Problema que visa resolver	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Sistema Fiscal Automóvel + simples
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Simplificar o sistema fiscal associado ao automóvel, através das seguintes iniciativas: <ul style="list-style-type: none"> - Permitir a disponibilização do cálculo automático de alguns campos da Declaração Aduaneira de Veículo (DAV); - Suprimir o formulário Modelo 211068; - Simplificar o pagamento do Imposto sobre veículos (ISV); - Melhorar a integração da Declaração Aduaneira de Veículo e do Documento Único Automóvel.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Universais
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Tax Free + simples
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Criar um sistema simplificado de certificação da saída de bens transportados pelos viajantes, para efeitos de reembolso de IVA.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	Utilidade turística + simples
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	Reduzir a documentação solicitada para a instrução dos pedidos de utilidade turística, utilizando as informações prestadas a outras entidades ou serviços da administração pública.
Problema que visa resolver	Redundâncias para o cumprimento de obrigações pelas empresas
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais

OBRIGAÇÕES + SIMPLES

Denominação	Pagamentos alfandegários + simples
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	Implementar o sistema de pagamentos DUC (Documento Único de Cobrança) na área alfandegária.
Problema que visa resolver	Ausência de meios de pagamento de obrigações fiscais das empresas mais simples
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Fatura Única Portuária
Ministério	Ministério do Mar
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Criar a fatura única por escala de navio, passando a ser uma única entidade a emitir a fatura de todas as entidades do Estado nos portos comerciais, alargando assim o projeto-piloto, que ocorre no Porto de Sines, a outros portos nacionais. Agregar a faturação de todas as entidades públicas prestadoras de serviços aos navios, no ato de despacho de largada, para cada escala de navio.
Problema que visa resolver	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais

Denominação	Cobrança de dívida na segurança social
Ministério	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Em colaboração com:	MF (Banco de Portugal)
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Disponibilizar online as seguintes funcionalidades para cobrança de dívidas à segurança social: a) Consulta da situação contributiva e gestão de dívida pelos cidadãos e as empresas; b) Informação, consulta e gestão de planos de pagamento de dívidas à segurança social; c) Troca de informações com o Banco de Portugal, evitando a penhora de todas as contas bancárias (quando não seja necessário) e simplificando o levantamento de penhoras.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Universais
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	Conta-corrente (fase 1)
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Possibilitar a compensação de créditos entre os contribuintes e o Estado, nos casos em que este último é devedor dos contribuintes. Numa primeira fase, apenas para os casos tendo por base as ações judiciais transitadas em julgado em que o Estado tenha sido judicialmente condenado ao pagamento de quantias certas, líquidas e exigíveis.
Problema que visa resolver	Ausência de mecanismos de compensação de créditos e débitos entre Estado e empresas
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

OBRIGAÇÕES + SIMPLES

Denominação	Controlo das existências de bebidas alcoólicas + simples
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	Fundir numa só as obrigações declarativas à Autoridade Tributária, ao Instituto do Vinho e da Vinha, ao Instituto do Vinho do Douro e Porto, e às Comissões Regionais de Vinhos.
Problema que visa resolver	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Declaração de Remunerações para a Segurança Social interativa
Ministério	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	<p>Disponibilizar na Segurança Social Direta um conjunto de opções, no âmbito da Declaração de Remunerações, que permitam às empresas uma melhor interação com a Segurança Social e o acompanhamento permanente. Principais funcionalidades a implementar:</p> <p>a) Consulta das qualificações de trabalhadores (acesso permanente à informação dos trabalhadores da empresa);</p> <p>b) Validação online da Declaração de Remunerações (permite total autonomia à entidade empregadora no que toca à entrega de declarações pré-preenchidas, consulta e substituição on-line, contribuindo de forma decisiva para baixar os erros);</p> <p>c) Área de mensagens (canal direto e simples de comunicação entre a Segurança Social os cidadãos e as empresas);</p> <p>d) Agenda (datas relevantes para contribuintes e beneficiários);</p> <p>e) Relações de representação (permite de uma forma inequívoca e segura que sejam identificados os representantes das empresas com autorização para se relacionarem com a Segurança Social em seu nome, por exemplo os técnicos oficiais de contas).</p> <p>Adicionalmente será criada uma plataforma que permite a troca segura de informação entre os sistemas de informação da Segurança Social e os sistemas de informação empresariais, sem intermediação humana, de forma automática.</p>
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Declaração Mensal de Remunerações para as finanças automática
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Operacionalizar e ampliar o pré-preenchimento da Declaração Mensal de Remunerações (DMR) com os dados do mês anterior, reduzindo o tempo que as empresas passam a preencher a DMR.
Problema que visa resolver	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Declarações aduaneiras + simples
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	Interligar os vários sistemas informáticos aduaneiros (STADA e SDS), permitindo avançar no processo de desmaterialização dos processos aduaneiros associados ao fluxo de entrada de mercadorias, através do desenvolvimento e implementação de automatismos que permitem substituir procedimentos manuais por processos informáticos.
Problema que visa resolver	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

OBRIGAÇÕES + SIMPLES

Denominação	eGAR - Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos
Ministério	Ministério do Ambiente
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Criar uma Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos que substituirá os atuais impressos em papel n.º 1428 e 1429 da Imprensa Nacional da Casa da Moeda (INCM) e as Guias de Acompanhamento de Resíduos de Construção e Demolição, permitindo a integração, de forma automática, dos dados anuais no Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) e Registo de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR).</p> <p>Em complemento, a presente medida pretende compatibilizar as informações constantes dos «Documentos de Transporte ADR (Mercadorias Perigosas)».</p>
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Eliminação parcial da Declaração de Retenções na Fonte
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Eliminar a Declaração de Retenções na Fonte quanto ao trabalho dependente, na medida em que tal informação já consta da Declaração Mensal de Remunerações.
Problema que visa resolver	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Janela Única Aduaneira
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	Implementar uma plataforma entre os operadores económicos e as entidades fiscalizadoras que aumente a eficiência dos procedimentos de desalfandegamento.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Estatuto exportador online
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Criar um formulário eletrónico com o pedido destinado a ser preenchido pelas empresas que pretendam solicitar o estatuto de exportador autorizado para efeitos de emissão de provas de origem, substituindo o atual formulário em papel.
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

OBRIGAÇÕES + SIMPLES

Denominação	IRS Automático
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Acabar gradualmente com a necessidade de entrega da declaração de IRS para os contribuintes que apenas auferiram rendimentos de trabalho dependente (categoria A) e para os aposentados e reformados (categoria H), sendo o imposto a pagar ou a receber calculado com base na informação já disponível pela AT, sem prejuízo da possibilidade de reclamação por parte dos sujeitos passivos.
Problema que visa resolver	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Faturação dos pequenos retalhistas + simples
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Simplificar o conteúdo das faturas emitidas pelos sujeitos passivos enquadrados no regime dos pequenos retalhistas (pessoas singulares não sujeitas ao regime de contabilidade organizada para efeitos do IRS e que não tenham tido no ano civil anterior um volume de compras superior a € 50.000), indicando-se apenas o preço do bem ou serviço e dispensando-se os outros requisitos legalmente exigidos, como sejam a indicação do preço líquido de imposto e os outros elementos incluídos no valor tributável, e a indicação das taxas aplicáveis e o montante de imposto devido.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	Ficha Médica-Desportiva Online
Ministério	Ministério da Educação
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Permitir a utilização de modelo de formulário eletrónico relativo à ficha médica, acessível no portal do desporto.
Problema que visa resolver	Multiplicidade e complexidade de formulários
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.
Denominação	Fichas Técnicas de Fiscalização
Ministério	Ministério da Administração Interna
Em colaboração com:	Ministério da Economia, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ministério das Finanças
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Elaborar e divulgar online fichas técnicas de fiscalização normalizadas para as atividades na área da restauração e bebidas e do alojamento local, bem como proceder à harmonização/integração entre organismos fiscalizadores. Já foi desenvolvido um trabalho entre as forças de segurança e a AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, sendo agora necessário alargar a inclusão dos requisitos legais a outras entidades fiscalizadoras.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Empresas
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

OBRIGAÇÕES + SIMPLES

Denominação	IES +
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2017
Descrição	Simplificar o preenchimento dos Anexos A e I da Informação Empresarial Simplificada, eliminando cerca de metade do número de quadros e campos a preencher e pré-preenchendo uma parte significativa dos restantes campos, com informação extraída do SAF-T (Standard Audit File for Tax Purposes). Numa segunda fase, serão simplificados os restantes anexos.
Problema que visa resolver	Multiplicidade e complexidade de formulários
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Imposto Único de Circulação de uma só vez
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2016
Descrição	Dispensar os contribuintes de apresentarem anualmente prova documental dos pressupostos das isenções de IUC (Imposto Único de Circulação) sempre que as informações necessárias já constem das bases de dados do IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, como no caso dos táxis.
Problema que visa resolver	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
Destinatários	Universais
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Informação ao consumidor + simples
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Simplificar e harmonizar as obrigações de informação ao consumidor que têm de estar afixadas nos estabelecimentos comerciais de venda de bens e/ou prestação de serviços.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	INPI em rede
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Permitir o envio, por via eletrónica, da documentação solicitada pelos Tribunais relativa a processos de Propriedade Intelectual.
Problema que visa resolver	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais

OBRIGAÇÕES + SIMPLES

Denominação	Inventário permanente + simples
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	2.º Trimestre 2016
Descrição	Substituir a obrigação de inventário permanente pela disponibilização permanente de toda a documentação contabilística de suporte às existências (como sejam as faturas, notas de crédito e de débito relativas às compras, vendas, consignações e outras), interpretando a legislação em vigor.
Problema que visa resolver	Redundâncias para o cumprimento de obrigações pelas empresas
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Empresa na Hora com pedido de Livro de Reclamações
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	3.º Trimestre 2016
Descrição	Possibilitar o pedido de aquisição do Livro de Reclamações no Balcão Empresa na Hora.
Problema que visa resolver	Complexidade e inaccessibilidade nos mecanismos de reclamações
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.



SERVIÇOS PARA
ESTRANGEIROS
+ FÁCEIS



SERVIÇOS PARA ESTRANGEIROS + FÁCEIS

Denominação	MyCNAI - Balcão Digital de Apoio a Imigrantes
Ministério	Ministro Adjunto
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Criar um balcão digital de apoio à pessoa imigrante, que consiste na desmaterialização de documentação utilizada nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), possibilitando também a entrega não presencial de documentos pelos utentes.</p> <p>Os CNAI congregam num mesmo espaço vários serviços (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Autoridade para as Condições de Trabalho, Segurança Social, Conservatória dos Registos Centrais, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, entre outros), aos quais as pessoas migrantes têm de recorrer.</p> <p>Utilizar-se-ão as tecnologias VOIP (Voice Over Internet Protocol), CRM (Customer relationship management) e call center na criação do balcão digital, melhorando também os sistemas de atendimento.</p>
Problema que visa resolver	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais

Denominação	Refugee Welcome Kit (Kit de boas-vindas às pessoas refugiadas)
Ministério	Ministro Adjunto
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Criar o Refugee Welcome Kit (Kit de boas-vindas às pessoas refugiadas) para apoiar o primeiro contacto das pessoas refugiadas com o país que as está a acolher, contendo um conjunto de ferramentas úteis para a primeira fase de integração.</p> <p>No Kit, as pessoas refugiadas encontrarão informação fácil de explorar, ferramentas de inclusão digital e de comunicação com o exterior e um primeiro contacto com a língua portuguesa. Dos elementos que o integrarão destaca-se o Guia de Acolhimento da Pessoa Refugiada (na língua da própria) com mensagem de boas-vindas, explicações sobre o país, seus hábitos e cultura, referência aos direitos básicos dos cidadãos e das pessoas refugiadas (vacinação e cuidados de saúde, educação, direitos das mulheres, etc.), informações práticas sobre proteção social, acesso ao mercado de trabalho, serviços e linhas de telefone úteis, entre outros.</p>
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública

Denominação	APP – immigrant welcome
Ministério	Ministro Adjunto
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Criar uma aplicação para dispositivos móveis de comunicação com um mapeamento de serviços úteis a pessoas imigrantes. O leque de serviços a mapear e georreferenciar (através de GPS) inclui desde Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI), cursos de língua portuguesa para estrangeiros, associações de imigrantes, Gabinetes de Inserção Profissional, espaços para prática religiosa, serviços e departamentos de reconhecimento de qualificações, serviços de saúde, equipamentos de ensino, entre outros.</p> <p>Pretende-se facilitar o acesso das pessoas imigrantes e refugiadas à informação vital para uma melhor integração e cidadania. Além de informação cidadã, este serviço permitirá reduzir os custos financeiros e de tempo gastos em deslocações e procura de serviços.</p>
Problema que visa resolver	Dispersão e inacessibilidade de Informações
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Processo participativo interno à Administração Pública
Denominação	Universidades e SEF em rede
Ministério	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Em colaboração com:	Ministério da Administração Interna
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	<p>Simplificar o processo de validação junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) da situação dos cidadãos estrangeiros, oriundos de países terceiros à União Europeia, que se pretendam vincular a uma instituição de ensino superior ou que se encontrem a estudar na referida instituição.</p> <p>Na base deste sistema está a consulta de bases de dados do SEF, via webservice, pelos serviços competentes da instituição de Ensino Superior, evitando, assim, que o aluno tenha de se deslocar às instalações do SEF para recolher a documentação que o habilita a permanecer em território nacional. Desta forma, permite-se que os serviços da Universidade obtenham a validação da situação documental dos referidos candidatos e/ou estudantes, através da simples apresentação de um documento comprovativo no ato da matrícula.</p> <p>Garante-se também a interoperabilidade da plataforma com a Direção-Geral do Ensino Superior e o seu alargamento aos Bolseiros de países terceiros à União Europeia.</p> <p>O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras tem protocolo assinado com 10 Instituições de Ensino Superior, pretende-se alargar o seu âmbito de aplicação a outras instituições de ensino superior.</p>
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Cidadãos
Fonte	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

